



Rita Margarida Neves Cardoso Castro
Gandra

Relação do Edificado na Reabilitação do Espaço Público

Dissertação de Mestrado em Arquitetura

Orientador:

Prof. Doutora Isabel Maria da Cruz Batista Matias

Janeiro 2018



Rita Margarida Neves Cardoso Castro
Gandra

Relação do Edificado na Reabilitação do Espaço Público

Dissertação de Mestrado em Arquitetura

Dissertação defendida em Provas Públicas na Universidade Lusófona do Porto, no dia 16 de Janeiro de 2018, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Arquiteto Pedro Cândido Almeida D'Eça Ramalho.

Arguente: Prof. Doutor Arquiteto Vítor Manuel Araújo de Oliveira

Orientador: Prof. Doutora Arquiteta Isabel Maria da Cruz Batista Matias

Janeiro 2018

ANEXO 1

DECLARAÇÃO

Nos exemplares das teses de doutoramento ou dissertações de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca da Universidade Lusófona do Porto, deve constar uma das seguintes declarações:

1. ☐ É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.
2. ☐ É autorizada a reprodução parcial desta tese/dissertação (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.
3. ☐ Não é autorizada, por um prazo de 3 anos, a reprodução de qualquer parte desta tese/dissertação.
4. ☐ De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte desta tese/dissertação.

Assinatura Autor:

Dedico esta dissertação aos meus Pais e Avós Maternos por
todo o amor, carinho e dedicação que sempre me deram.

Muito obrigado...

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha Orientadora, Professora Arquiteta Isabel Matias, por todo o apoio que me deu com a investigação e correta execução desta dissertação, estimulando o meu conhecimento e paixão pela área do Urbanismo.

Gostaria de agradecer a todos os docentes do Mestrado Integrado em Arquitetura que me ajudaram neste percurso neste curso maravilhoso, trabalhoso mas acima de tudo, interessante que fomentou o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço à minha Mãe, Pai, Avó e Avô Maternos, por todo o apoio, compreensão, carinho, amor e paciência durante a realização da dissertação. Deixo um agradecimento especial ao meu pai e avó materna que durante o processo da minha formação sempre estiveram do meu lado e a apoiar-me nesta conquista e, mesmo que não estejam hoje meu lado, sei que estarão sempre a pedir por mim e a desejar-me o melhor.

Agradeço ao meu namorado André Pereira por todo o apoio, paciência, amor e carinho que me mostrou durante este percurso, sempre motivando-me a continuar e não desistir.

Agradeço aos meus colegas que me acompanharam durante estes anos de curso e que agora estão a finalizar.

Agradeço, por fim, aos meus amigos que sempre estiveram do meu lado e pela paciência, carinho e apoio dados durante o período da realização desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura, realizada na Universidade Lusófona do Porto (ULP), decorre de uma proposta no âmbito da unidade curricular de Projeto do 5º Ano. Com este trabalho aborda-se o conceito do projeto, baseado nos parâmetros da relação do edificado com a forma urbana, ou seja, a implantação em frente urbana como forma de preenchimento do vazio.

Para melhor compreensão do espaço da intervenção, é feito estudo sobre a Morfologia Urbana e as relações do edificado com os vazios na cidade. O contexto evolutivo da Forma da cidade e da Área de Intervenção derivavam, numa abordagem do desenvolvimento urbano da zona histórica da cidade do Porto, sendo assim possível observar melhor o desenvolvimento do edificado e a sua inserção no Tecido da Cidade.

Auxiliando as relações sobre a temática, são apresentados três casos de estudo que demonstram o papel do arquiteto na cidade como protagonista da requalificação do Tecido Urbano em pontos diferentes da zona Histórica do Porto: a proposta de requalificação da Avenida D. Afonso Henriques de 1968 e de 2000 por parte do Arquiteto Álvaro Siza Vieira; a proposta de requalificação urbana da zona da Batalha dentro da Baixa do cidade do Porto, para o concurso do Porto 2001, pelo arquiteto Adalberto Dias; e, por fim, a execução do edificado do Passeio dos Clérigos em 2013 por parte dos Arquitetos Balonas & Menano na antiga Praça de Lisboa. Este exemplos auxiliam na compreensão de métodos de intervenção no espaço público que auxiliaram no desenvolver da Proposta.

Seguidamente, é apresentada a Proposta conceptual trabalhada na cadeira de Projeto do 5º ano, como resultado do pensamento crítico apoiado pelas conclusões retiradas de todo o processo de estudo realizado. Por fim, são feitas as considerações finais sobre o trabalho, realçando os aspetos relevantes retirados desta investigação e de que forma o processo do desenvolvimento auxiliou na conclusão do papel do Arquiteto como entidade requalificadora que reequilibra a harmonia da forma da cidade e que a respeita sem descuidar das suas necessidades humanas e urbanas.

Palavras Chave: Forma Urbana, Vazios, Cheios, Cidade Histórica, Porto.

ABSTRACT

This paper on the Master's Degree Integrated in Architecture, is made at Universidade Lusófona do Porto (ULP), and is the comes along because of the project developed in the class of Project of the 5th year. This dissertation addresses the project, based on the parameters that classify the relationship of the edification with the urban for, demeaning, the placement of the urban front as solution of the Empty Space.

For a better understanding of the relationship of the space of intervention, a study is conducted about Urban Morphology and its relationship with the Full Spaces and the Empty Spaces. The evolutionary context of the urban form of the city and of the Intervention Site come along, according to the approach to the development of the urban historical area of Porto, being possible to identify the development of the building and it's insertion in the City Mesh.

To achieve some conclusions about the theme, it's presented three different study cases to show the place of the architect in the city and the protagonist of the requalification of the Urban Mesh in different sections of the historical center of the Porto: the proposition on requalification of the Avenida D. Afonso Henriques from 1968 and 2000 by the architect Álvaro Siza Vieira, the proposition of rehabilitation of the urban area of Batalha, for the contest Porto 2001, by the architect Adalberto Dias; and lastly, the execution of the building of the Passeio dos Clérigos in 2013 by the Balonas & Menano architects in the old Lisboa Square. These examples help on the understanding of interventional methods on the public space that assist on the development of the Proposition.

Next, it's presented the conceptual Proposition by the author, worked for the discipline of the 5th year, as a result of logical and critical thinking supported by the conclusion taken from this study. Lastly, it's done some final considerations about the work, with enhancements on the aspects taken from this investigation and in which way it helped with determination of the role of the Architect as an entity that requalifies and rebalances the harmony of the city form and that respects without forgetting its humans and urban needs.

Key Words: Urban Form, Empty Space, Full Space, Historical city, Porto.

Índice:

Agradecimentos	VI
Resumo	IX
Abstract	XI

Capítulo I

1.1. Introdução	3
1.2. Objetivos do Trabalho	5
1.3. Metodologia do Trabalho	7

Capítulo II – Enquadramento e Contextualidade

2.1. Estado da Arte	11
2.2. Morfologia Urbana	13
2.3. Os cheios e Vazios da Cidade	17
2.4. Evolução Urbana do Porto e da Área de Intervenção	21
2.4.1. Morfologia Urbana da Área de Intervenção	33
2.5. Conclusão de Capítulo	37

Capítulo III – Casos de Estudo:

3.1. Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques	41
3.2. Proposta Batalha, Sociedade Porto 2001	49
3.3. Praça de Lisboa	57
3.4. Conclusão de Capítulo	69

Capítulo IV – Projeto Crítico na Área de Intervenção:

4.1. Projeto Crítico	73
-----------------------------------	----

Capítulo V – Conclusão

5.1. Considerações Finais.....	83
Índice de Anexos.....	87
Referências Bibliográficas.....	89
Créditos de Imagens.....	93

CAPÍTULO I

1.1. Introdução

A proposta de projeto surge no âmbito da unidade curricular de Projeto de 5º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Lusófona do Porto (ULP), 2016/2017. A Área de Intervenção do projeto encontra-se numa secção da zona da Batalha, dentro da cidade do Porto, que foi parcialmente demolida para permitir o tráfego rodoviário do centro histórico para a sua envolvente, através da criação de um viaduto. Como consequência, uma frente do quarteirão deixou de existir e o terreno ficou sem tratamento, levando a uma descaracterização do quarteirão existente e, consecutivamente, do Largo Actor Dias, com ligação ao Passeio das Fontainhas. O Passeio das Fontainhas insere-se também na Área de Intervenção, visto que um desabamento no local levou à desconexão do Passeio com o Largo. O projeto a propor tem então dois objetivos. O primeiro é a elaboração de um lar residencial que reabilite a morfologia da zona da Batalha e reconfigure as características do Largo Actor Dias, e o segundo é a reconstituição da conexão do Largo com o Passeio das Fontainhas, restaurando a ligação perdida. No entanto, para correta elaboração da proposta, é necessário perceber a compreensão da evolução da cidade do Porto e da A.I. em específico.

Pode-se considerar que a evolução das cidades segue dois perfis distintos, de acordo com o processo evolutivo de maior crescimento. Cidades mais antigas, em geral, seguem um perfil arcaico (medieval) de núcleos urbanos interligados entre si de forma orgânica em pontos estratégicos da topografia do local ou num perfil de cercos com sucessivas expansões para o território envolvente. Por outro lado, em contextos mais modernistas, as cidades nascem de Planeamentos urbanos idealizados para o local, proporcionando uma maior flexibilidade no retratar a cidade de acordo com uma norma ou conceito, escolhido pelo arquiteto. Em ambos os casos, no entanto, existe a necessidade harmonização das formas, demonstrada pelos espaços edificados e não edificados que configuram a forma da cidade, e consecutivamente, as vivências do espaço.

De facto, a morfologia das cidades é um elemento mutável, sempre em crescimento e desenvolvimento. É composta pelos cheios, como edifícios e estruturas, e vazios, como ruas, praças, avenidas e parques, elementos esses que ao serem articulados

de forma a conjugar espaços, criam lugares e desenvolver percursos. Esta é parte fulcral do desenho urbano, dando origem a diferentes malhas urbanas dentro do tecido urbano da cidade. No entanto, por vezes estes elementos não se encontram em harmonia, quer seja por adaptação imprópria de partes da cidade ou mesmo pela evolução do espaço. O viaduto existente na Área de Intervenção é um caso patente do desequilíbrio de cheios e vazios na cidade e da necessidade de recomposição e correção de partes da volumetria e dos vazios expectantes a que dá origem.

Esta dissertação, em suma, é uma reflexão sobre temática da implantação do edificado em frente urbana como forma de preenchimento do vazio e, em conjunto com o projeto, é apresentada uma proposta de solução a um caso específico.

1.2. Objetivos do Trabalho

Este trabalho académico tem como objetivo dar resposta ao tratamento de uma parte da cidade de ramificações vetustas que, ao adaptar-se ao longo do tempo às necessidades imediatas da população, sofreu mudanças que comprometem a relação do edificado com a forma urbana e, subsequentemente, deturpam o Tecido urbano cidade. Claro que completar este objetivo requer primeiramente o completar de vários objetivos mais simples.

Primeiro, é necessário definir os conceitos morfológicos de interpretação e caracterização do espaço urbano, bem como os elementos que compõem os cheios e vazios da cidade de forma a compreender as suas relações mútuas.

Depois, é necessária a correta identificação do implantação, crescimento e desenvolvimento da Pólis do Porto e da zona da Batalha e Fontainhas, na qual a Área de Intervenção incide.

É ainda necessária a análise de casos de estudo de intervenções na zona histórica do Porto (neste caso três), que auxiliam na compreensão de diferentes planos de intervenção, de arquitetos diferentes, dentro do centro histórico, demonstrando as suas opções de inserção do edificado na malha urbana e o grau de sucesso da proposta. Esta informação é crucial para evitar problemas já estudados.

Após este trabalho, é necessário aglutinar e tirar elações dos conhecimentos obtidos nos pontos anteriores, de modo a justificar as decisões tomadas no projeto proposto pelo autor desta dissertação. Completando este último passo, o objetivo do trabalho académico é resolvido.

1.3. Metodologia do Trabalho

A produção e redação desta dissertação é o resultado de um aglomerar de várias estratégias de compreensão, estudo e desenvolvimento, já que não só existia a necessidade de busca de informação sobre conceitos, como também de casos de estudo relevantes para o tema.

A investigação do tema levou à visita a vários locais com informação relevante ao estudo da cidade, que passam pela Biblioteca da Universidade Lusófona do Porto (ULP), pela Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) e pelo Arquivo Municipal do Porto.

Numa primeira instância foram encontrados livros como: “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina” de Francisco Barata Fernandes, que estuda e descreve o desenvolvimento da cidade do Porto; o livro “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX” e também “Avaliação em Planeamento Urbano” do Arq. Vítor Oliveira, livros estes que fornecem informação remetente não só ao estudo da Morfologia em Portugal, como também sobre a evolução urbana da cidade do Porto e Lisboa; e o livro “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”, do autor José Lamas, livro este sobre a morfologia, com aprofundar nos elementos que caracterizam a forma da cidade.

Passando a uma análise mais aprofundada e de maior especificidade aos diversos temas abordados, surgem peças escritas como por dissertações: “Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade” do Arq. Francisco Barata Fernandes, que faz uma análise, como o próprio título indica, às habitações na cidade do Porto e apresenta ainda um estudo em fases sobre o Porto; o livro “A Imagem da Cidade” de Lynch sobre percepção dos habitantes sobre o espaço da cidade e, subsequentemente, como esta influencia as suas vivências; o livro “Porto 2001 : regresso à Baixa.” sobre concursos de melhoramentos da baixa da cidade do Porto; a Dissertação de Mestrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura do Porto (FAUP), sobre “Entre o Plano e o Declive” de Jaime Augusto Júnior, sendo aqui feita uma aproximação à Área de Intervenção e seguidamente a uma proposta semelhante ao desta dissertação.

O Arquivo Municipal do Porto serviu como local principal de consulta de cartografias da cidade do Porto ao longo dos anos por vários autores, o que possibilita a identificação do desenvolvimento morfológico da cidade. Proporcionou também, a partir da sua plataforma online, a pesquisa de informação sobre locais específicos e acontecimentos na cidade que adquirem importância mais tarde neste trabalho.

Por outro lado, dado o carácter recente de alguns dos casos de estudo, foi ainda necessária uma busca por arquivos e documentos virtuais, já que a informação dos mesmos carece muitas vezes de registos bibliográficos. Entre estes documentos estão o vídeo-documentário sobre o plano urbanístico do arquiteto Siza Vieira para a Avenida D. Afonso Henriques e websites sobre obras arquitetónicas que auxiliaram e forneceram informação sobre o Passeio dos Clérigos dos arquiteto Balonas & Menano.

Após essas buscas, as informações adquiridas foram tratadas, registadas e analisadas, de modo a fundamentar o projeto proposto para a Área de Intervenção e ser possível tirarem-se conclusões sobre o mesmo.

Após adquirida toda a informação recolhida, é iniciado o processo de tratamento e divisão da informação conforme a intenção da criação do estudo desta dissertação. Assim, tratando, registando e analisando, é possível criar bases que não só auxiliam a criação de um pensamento racional e conciso do tema de modo a obter resposta à problemática, como também possibilitar a fundamentação da Proposta para a Área de Intervenção, resultando como conclusão do estudo.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Estado da Arte

Sendo a Morfologia Urbana o estudo da forma da cidade, considera-se na presente dissertação essencial o conhecimento do desenvolvimento e crescimento das Cidades, desde a sua formação às suas características. É um tema vasto, trabalhado e com enorme relevância para o conhecimento e sensibilidade de um arquiteto para com o espaço.

O conhecimento sobre o desenvolvimento do Porto até aos dias de hoje é proporcionado através do estudo de Bernardo Ferrão em 1989, no livro “Projeto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas, 1758/1813” sobre o desenvolvimento da Porto até aos dias de hoje, o trabalho de Francisco Barata Fernandes, em 1999, “Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade”, elucidativo sobre o desenvolvimento morfológico da cidade e, por fim, do Arq. Vítor Oliveira, numa perspetiva mais recente sobre a morfologia da cidade, em 2013, no livro “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX” . Também com auxílio a este tema, vários documentos e imagens acessíveis pelo website do Arquivo Municipal do Porto.

Em 1993 é lançado o livro de “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade” de José Lamas que, juntamente com o livro de Lynch, de 1999, sobre “A Imagem da Cidade” proporcionam um conhecimento geral e completo sobre a perceção do homem para com a imagem da cidade. Os planos urbanos descritos em 2013 pelo Arquiteto Vítor Oliveira, “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX” auxiliam também na compreensão a morfologia urbana.

Referente à análise da requalificação do espaço juntamente com o impacto do edificado no espaço, é necessário mencionar alguns exemplos relevantes de propostas. A primeira proposta ao plano de reabilitação de 1968 e 2000 por parte do Arquiteto Siza Vieira sobre o espaço envolvente à Avenida D. Afonso Henriques, informação sobre qual era abundante, sendo que até existe um documentário que proporciona em primeira mão o conhecimento e intenções do Arquiteto, denominado de “ÁLVARO SIZA, OBRAS E PROJECTOS - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques” realizado em 2001. O seguinte caso de estudo remete à proposta de Requalificação de uma área da Baixa da cidade do Porto, no âmbito de um concurso de requalificações do espaço

urbano, sendo que calhou a zona da Batalha do Arquiteto Adalberto Dias, perfeitamente documentado no livro “Porto 2001: Regresso à Baixa” executado pela editora da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP Publicações). O último caso de estudo, levou a uma necessidade de uma pesquisa mais abrangente pela dificuldade de obtenção de informação. Assim sendo que foi necessário encontrar os documentação e desenhos gráficos da obra dos Arquitetos Balonas & Menano, a partir de documentos em websites referente à obra, que apresentavam explicações breves sobre o projeto. No entanto, de modo a compreender-se o caráter posterior do espaço foi necessário a busca, com auxílio do Arquivo Municipal do Porto, de informação sobre o antigo Mercado do Anjo.

2.2. Morfologia Urbana

Morfologia Urbana é o termo utilizado para o estudo da forma física das cidades, analisando “(...) essencialmente os aspetos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura.” As relações recíprocas mencionadas derivam de aspetos socioeconómicos, históricos, arquitetónicos, geográficos e políticos, de cada elemento, que definem a forma cidade.¹

O estudo da forma física da cidade teve origem no séc. XIX na Alemanha por parte do “(...) trabalho dos geógrafos Alemães nos últimos anos do século XIX.”² tratando-se assim de um conceito relativamente recente que teve forte influência na “(...) construção do campo teórico e metodológico da morfologia urbana, até ao início do dos anos 30.”³ Durante o resto do séc. XX existem também contributos à temática por parte de arquitetos italianos, como Saverio Muratori.⁴ Nos anos 60 surge o trabalho de Conzen, o geógrafo Alemão e, por fim, ainda grande relevância, nos anos 80 escolas no Reino Unido sobre o estudo da forma da cidade.⁵ Com isto, é possível verificar que estes foram as bases dos estudos da Morfologia da Cidade como conhecemos nos dias de hoje, trabalhos estes de grande importância na compreensão não só do funcionamento o espaço da cidade como também em todos os desenvolvimentos e estudo mais recentes e ainda hoje feitos sobre a temática.

No livro “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade” de José Lamas são apresentadas quatro condições que caracterizam os aspetos físicos da cidade, resultantes do estudo da Forma da Cidade. Em primeiro lugar, a organização funcional remetente à função dos elementos da cidade na vivência dos seus habitantes, possibilita o “habitar, instruir-se, tratar-se, comerciar, trabalhar (...) residencial, escolar, comercial, sanitário, industrial”⁶, ou seja, o carácter mais humano imediato que a cidade deve fornecer aos seus habitantes. Em segundo lugar os aspetos qualitativos que conferem a qualidade do espaço urbano, como por exemplo “o estado dos pavimentos, a adaptação ao clima (...),

¹ Lamas, J. M. R. G. (2010) Morfologia Urbana e Desenho da cidade. 5ª edição. (PP. 84) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

² Revista de Morfologia Urbana (2013) 1, 3-4 Rede Portuguesa de Morfologia Urbana.

³ IDEM

⁴ IDEM

⁵ IDEM

⁶ Lamas, J. M. R. G. (2010) Morfologia Urbana e Desenho da cidade. 5ª edição. (PP. 44 a 46) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

acessibilidade.”⁷ Em terceiro lugar os aspetos figurativos relacionam-se com a forma estética do espaço. Em quarto lugar, os aspetos quantitativos enunciam as condições dos espaços físicos da cidade como “densidades, superfícies, fluxos, coeficientes volumétricos, dimensões de perfis”.⁸

O carácter formal destes aspetos da Cidade deve-se aos elementos urbanos, como iremos ver a seguir, que funcionam e agrupam-se numa miríade de características distintas. Essa versatilidade confere uma enorme diversidade de composição de cidades, seja através das malhas urbanas, ou seja, áreas da cidade com tratamento e características diferentes, ao próprio tecido urbano, configurando morfológicas díspares, modificando assim as vivências e propriedades dos espaços de modos únicos para cada conjunto de características. Os elementos que possibilitam essa versatilidade e que caracterizam a forma urbana são: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação e o mobiliário urbano.⁹

Analisando de forma sucinta os elementos, podemos verificar que nenhum elemento se manifesta isolado mas como parte de um todo. O solo remete diretamente à topografia do local que, logo de início, tem o papel orientador do espaço e é a base de todo o desenvolvimento da cidade.¹⁰ Os edifícios funcionam como organizadores do espaço, os cheios da cidade que, devido a inúmeras possibilidades morfológicas e de composição, marcando os vazios, como ruas, praças, avenida, criando formas urbanas diferentes, e sendo em geral uma das características mais fortes do desenho do espaço.¹¹ As suas fachadas, frentes do edificado com o espaço, apresentam-se como parte do edificado, desde o seu tipo, uso e linguagem arquitetónica.¹² Essas diferentes formas são possíveis devido à forma do lote onde o edificado está inserido, sendo uma condicionante dos diferentes espaços.¹³

O quarteirão funciona como agrupamento de edifícios, desde planificações em “anel” ou até de apenas frentes urbanas para com as ruas. Pode-se afirmar ainda que o quarteirão funciona como estruturador dos elementos anteriores, ao estabelecer a

⁷ Lamas, J. M. R. G. (2010) Morfologia Urbana e Desenho da cidade. 5ª edição. (PP. 45 e 46) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

⁸ IDEM. (PP. 44 e 45)

⁹ IDEM. (PP. 79)

¹⁰ IDEM. (PP. 80)

¹¹ IDEM. (PP. 84)

¹² IDEM. (PP. 94)

¹³ IDEM. (PP. 96)

relação com os vazios, possibilitando a criação de espaços públicos, semiprivados e privados, bastando alterar a sua forma.¹⁴ Os logradouros juntam-se também aos quarteirões como espaços não-edificados privados dentro destes, que proporcionam pequenos vazios.¹⁵ A rua funciona como via de ligação dos espaços, sendo o seu traçado que define o plano urbano da cidade. Relaciona-se diretamente com os quarteirões e os edifícios que tendem a ser colocados em função do traçado.¹⁶

Há ainda elementos com carácter marcadamente diferente dos anteriores. Primeiro, temos as praças, com duas origens distintas.¹⁷ Por um lado, representam os vazios planeados para promoção da vivência dos espaços exteriores da cidade ou como espaços sobrantes do desenvolvimento dos cheios.¹⁸ Por outro, podem ser resultado de disposições de quarteirões que deixam vazios acidentais, aproveitados pela cidade como largos ou praças.¹⁹ Já o monumento surge, ainda dentro dos volumes da cidade, como elemento singular de características urbanas muito próprias, que se distingue da envolvente.²⁰ Este espaço serve como marco para o posicionamento estruturado da cidade em torno dele.²¹ Por fim, temos a vegetação, que serve como elemento de composição e desenho do espaço, e o mobiliário urbano, à escala da rua importante para a organização e melhora a qualidade do espaço.²²

Assim, o espaço urbano possui uma dinâmica constante, resultante da inexistência de qualquer planeamento urbano ou da existência de planeamentos desenhados e pensados para o local. Atualmente e devido á necessidade do tratamento da forma da cidade de consciência responsável, o uso dos elementos requer um correto planeamento da cidade, que pode ser descrito em três níveis sucessivos de ação no espaço. Num primeiro nível, o planeamento, que se foca na fase de averiguação das necessidades do local, tendo em conta o seu aspeto e os objetivos pretendidos. O segundo, o nível urbanístico, foca-se no estudo pormenorizado do espaço a intervir e reflete sobre as ações a serem tomadas tendo em conta as características do local. Por

¹⁴ **Lamas, J. M. R. G.** (2010) *Morfologia Urbana e Desenho da cidade*. 5ª edição. (PP. 98) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

¹⁵ **IDEM.** (PP. 98)

¹⁶ **IDEM.** (PP. 100)

¹⁷ **IDEM.** (PP. 102)

¹⁸ **IDEM.** (PP. 102)

¹⁹ **IDEM.** (PP. 102)

²⁰ **IDEM.** (PP. 103)

²¹ **IDEM.** (PP. 104)

²² **IDEM.** (PP. 106 a 108)

fim, no nível de construção realizam-se os objetivos e programações para o local, concretizando-se assim a obra.

Existe, no entanto, a necessidade de compreensão que os princípios do planeamento não se aplicam a todas as partes da cidade. Esse cariz é maioritariamente encontrado em partes da cidade de evolução mais recente, normalmente na periferia. No contexto do núcleo histórico da cidade do Porto, o planeamento “não existe” pois a forma da cidade evoluiu a partir das necessidades da população, sem preocupação com a forma do espaço, demonstrando assim um carácter funcionalista das cidades históricas. Só quando se inicia a adaptação dos centros históricos é que surge o planeamento nessas zonas.

Em suma, é possível concluir que existe um conjunto alargado de fatores que contribuem para o funcionamento dos espaços urbanos. A morfologia urbana apresenta-se como uma ferramenta essencial na compreensão do espaço da cidade, seja pela análise das formas, dos elementos de caracterização do espaço, quer pelas relações mútuas entre eles. Os elementos urbanos presentes na Cidade, designam e identificam as diferentes Malhas urbanas presentes no Tecido citadino do espaço. Estes elementos são importantíssimos quer num perfil de análise da cidade, como também no ato da intervenção, pois refletem as intenções do arquiteto na resolução da forma da cidade, sem esquecer a função do edificado como objeto requalificador. Conclui-se assim que é necessário o conhecimento destas premissas, de modo a realizarem-se propostas conscientes, que não só requalifiquem o espaço, como também o enriqueçam.

2.3. Cheios e Vazios na Cidade

Após as análises no capítulo anterior da Forma Urbana da cidade e dos seus componentes básicos que compõem o espaço urbano, é possível aglomerar os elementos em dois grandes grupos, designados de cheios ou vazios. Os cheios englobam edifícios e estruturas (o edificado), elementos positivos do espaço urbano. Por sua vez, os vazios representam os negativos do espaço urbano (não edificado), como lotes, terrenos expectantes, ruas, praças, avenidas e parques. A relação entre os cheios e vazios é extremamente importante para uma correta criação, desenvolvimento e expansão de uma cidade, influenciando as vivências da população. O livro “Porto 2001: Regresso à Baixa” é salientada a importância dessa relação na cidade, foco desta tese, afirmando que “a força e a solidez da sua estrutura urbana tanto no que se refere aos espaços “contruídos” (de uso privado ou condicionado) como “não construídos” (de uso público ou coletivo) são fatores de qualidade de vida urbana.”²³

Em geral, as cidades são definidas pelas suas componentes morfológicas ao longo da sua evolução, onde os espaços se vão alterando por diversas razões, desde uma necessidade no campo mais medieval de desenvolvimento e estabelecimento da cidade num local, desde, mais recentemente, aos planos de intervenção. Por vezes, surgem momentos de “desequilíbrio” entre cheios e vazios devido às necessidades de adaptação da forma urbana às necessidades dos seus habitantes. De facto, a cidade do Porto é um exemplo claro de como problemas surgem devido a uma relação desequilibrada entre estes dois tipos de elementos. Nesse contexto, o desequilíbrio desenvolve-se ao longo dos séculos, começando enquanto a cidade medieval se propaga para a periferia, crescendo e fundindo-se com ou núcleos urbanos, resultantes da expansão do espaço urbano. Já numa contexto mais recente, a adaptação dos espaços consolidados no centro histórico, de ruas sinuosas de carácter pedestre têm, devido à “Modernidade”, a necessidade de adaptação a novas redes viárias que, por vezes, comprometem o Tecido Urbano da cidade.

No seu conjunto, estes eventos levam a que, por vezes, os espaços clássicos do centro do Porto sofressem ruturas do Tecido Urbano, resultando em espaços desintegrados, como é o caso dos problemas que o proposta crítica desta dissertação pretende solucionar. Também ao longo deste trabalho são apresentados casos

²³ Mendes, M. (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 33)Porto. FAUP Publicações

semelhantes de requalificações do espaço urbano na cidade do Porto, em particular na Baixa, como casos de estudo de resolução de problemáticas da adaptação do espaço urbano.

No entanto, a forma urbana não pode ser pensada apenas como relações mútuas entre espaços e volumes, mas sim também como área povoada pelos seus habitantes. Assim, é feita a alusão da importância da perspectiva do homem para com o espaço que habita. Sendo essa perspectiva denominada como a Imagem da cidade.

Nesse contexto, é importante referir o perfil do arquiteto e urbanista Gordon Cullen no livro “Townscape”, citado por José Lamas no livro “Morfologia Urbana e Desenho da cidade”. Cullen defende a sua posição contra os danos que, segundo ele, o desenvolvimento da vida moderna impõe nas áreas medievais da cidade, afirmando que não se encontram preparadas para receber tais intervenções.²⁴ Nesses casos, afirma o autor, é necessária uma aproximação à cidade a partir de uma escala menor, dado que os espaços medievais requerem uma atenção especial.²⁵ Os procedimentos de inovação desses espaços devem ser cuidados, com preocupação sobre a relação do homem com a cidade, já que o ambiente das cidades “(...) provoca uma reacção emocional no homem por três vias: a óptica, o lugar e o conteúdo, e aponta uma das finalidades da urbanística: o «de manipular os elementos de uma cidade de modo a provocarem impacte nas nossas emoções.»²⁶ Quer isto dizer que não é prática responsável planear uma intervenção na cidade por uma perspectiva puramente funcional, sem ter em conta como ela irá afetar o espaço urbano e, conseqüentemente, as vivências da população e a relação com o homem. Cullen afirma que é necessário um cuidado também com as pequenas diferenças, que “(...) a cor, a textura dos edifícios, paredes e pavimentos, os pormenores construtivos, os elementos vegetais (da árvore às flores), o mobiliário urbano (do branco de jardim ao candeeiro ou ao poste de sinalização), ou até a «arquiteturas parasitárias» como os elementos postiços, apostos e colados nos edifícios”²⁷ são a valorização estética do local, tão importantes como o planeamento de uma nova estrada. Daí afirmar que é necessária uma aproximação sectorial ao espaço, estudando de que forma uma

²⁴ **Lamas, J. M. R. G.** (2010) Morfologia Urbana e Desenho da cidade. 5ª edição. (PP. 397) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

²⁵ **IDEM.** (PP. 397)

²⁶ **IDEM.** (PP. 397)

²⁷ **IDEM.** (PP. 398)

intervenção pode ser feita numa secção da cidade, sem comprometer o seu carácter e equilíbrio espacial.²⁸

O urbanista Kevin Lynch refere-se também a esta perspetiva, falando sobre a importância de como a perceção da cidade por parte dos cidadãos, desde as escalas maiores às mais pequenas, influencia os seus comportamentos nesse espaço. Refere que existe uma “(...) dialéctica entre a «imagem» que o arquiteto procura e as «imagens» que os habitantes percebem.”²⁹, funcionando “(...) como elemento da concepção urbanística e como antítese funcionalista, uma vez que pode ser determinada por factores diversos da correspondência da forma à função.”³⁰ Quer isto dizer que, numa intervenção pensada, o arquiteto concilia as duas imagens, dando uso ao conhecimento profundo do impacto de cada elemento na imagem percebida pelos habitantes, e articulando-as de modo a obter o resultado pretendido.³¹

Lynch afirma também que os habitantes utilizam vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes, cinco elementos ao todo, para contruir as suas imagens da cidade. As vias são os percursos utilizados pelos habitantes para se deslocam na cidade, e ao longo das quais se apercebem do espaço, se relacionam com ele e o estruturam. Os limites formam “(...) as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, [como] costas marítimas e fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais em desenvolvimento”³², etc., que servem como obstáculos à passagem entre espaços. Os bairros, segundo o autor, são espaços urbanos com os quais as pessoas se relacionam, reconhecem e identificam, formado os cheios entre vias e cruzamentos.³³ Os cruzamentos surgem como intersecção das, criando a confluência dos espaços. Por fim, os pontos marcantes são os elementos de destaque da cidade: elementos de escalas variadas que se tornam objetos de referência para o observador, seja um edifício, um parque, ou até mesmo uma estátua.³⁴

²⁸ **Lamas, J. M. R. G.** (2010) *Morfologia Urbana e Desenho da cidade*. 5ª edição. (PP. 398) Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

²⁹ **IDEM.** (PP.401)

³⁰ **IDEM.** (PP.401)

³¹ **IDEM.** (PP.401)

³² **Lynch, K.** (1999) *A Imagem da Cidade*. Edições 70, Vol. Arte & comunicação. (PP.55). Lisboa

³³ **IDEM.** (PP.55)

³⁴ **IDEM.** (PP.55)

Tendo isto em conta, é possível verificar que a imagem da cidade é uma premissa importante da relação do edificado não só com o espaço da cidade, como também na determinação da relação homem-cidade, assimilada pelo habitante na vivência desses espaços. Posto isto, conclui-se que é imperativo a consciência do arquiteto sobre a cidade, de carácter requalificador e modelador do Tecido urbano, como também no papel da criação de relações entre o edificado e o não-edificado da forma urbana, que formatam a imagem da cidade num carácter mais humano.

2.4. Evolução Urbana

De modo a obter uma melhor percepção da relação do Edificado com o Espaço Urbano da Cidade, será agora realizada uma exposição da criação e evolução do Tecido Urbano da cidade do Porto ao longo dos séculos. Fazendo uso da história, das cartografias e dos estudos elaborados por diferentes autores, é possível identificar os diferentes períodos de crescimento e mudança na cidade, visando o desenvolvimento morfológico e espacial, e percebendo as situações em que os problemas tendem a ocorrer.

A história do Porto começa antes do séc. V, no qual é possível datar ocupações romanas no noroeste da Península Ibérica, em castros na encosta do rio Douro, pelo Morro da Penaventosa.³⁵ Esses castros consistiam de estruturas habitacionais e comerciais ribeirinhas simples sem grande fortificação, sendo estes espaços ocupados maioritariamente por povos que faziam a travessia comercial do rio. Assim, é possível afirmar que já nesta altura, o rio determinava uma importante rota comercial marítima, mas com o colapso do império romano, as trocas diminuíram e a povoação local entrou em declínio.³⁶

Nos finais do séc. IX inicia-se a Reconquista Cristã dos territórios aos Mouros na Gallaecia, parte da qual viria a ser parte integral de Portugal (da região norte do território até ao rio Douro).³⁷ Com a forte repopulação cristã da zona sob o sistema de ‘presura’, as possibilidades comerciais do rio Douro foram mais exploradas, possibilitando o desenvolvimento dos castros num núcleo urbano primitivo a desenvolver-se de forma circundante, com ajuda das vias romanas também existentes.³⁸

Segundo o autor Bernardo Ferrão, no livro “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina”, a cidade medieval de Portus Cale cresceu dentro da Cerca Velha, muralha de pré-existência romana do séc. III, e no séc. XII, inicia-se a construção do monumento cristão da Sé do Porto, como centro religioso do espaço.³⁹ Até ao séc. XIV, o espaço fortificado estabeleceu um desenvolvimento de cidade medieval, no qual “(...) não

³⁵ **Ferrão, B. J.** (1989) “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina”, 1989. 2ª edição. (PP 131) Porto. Faup Publicações

³⁶ **IDEM.** (PP. 131)

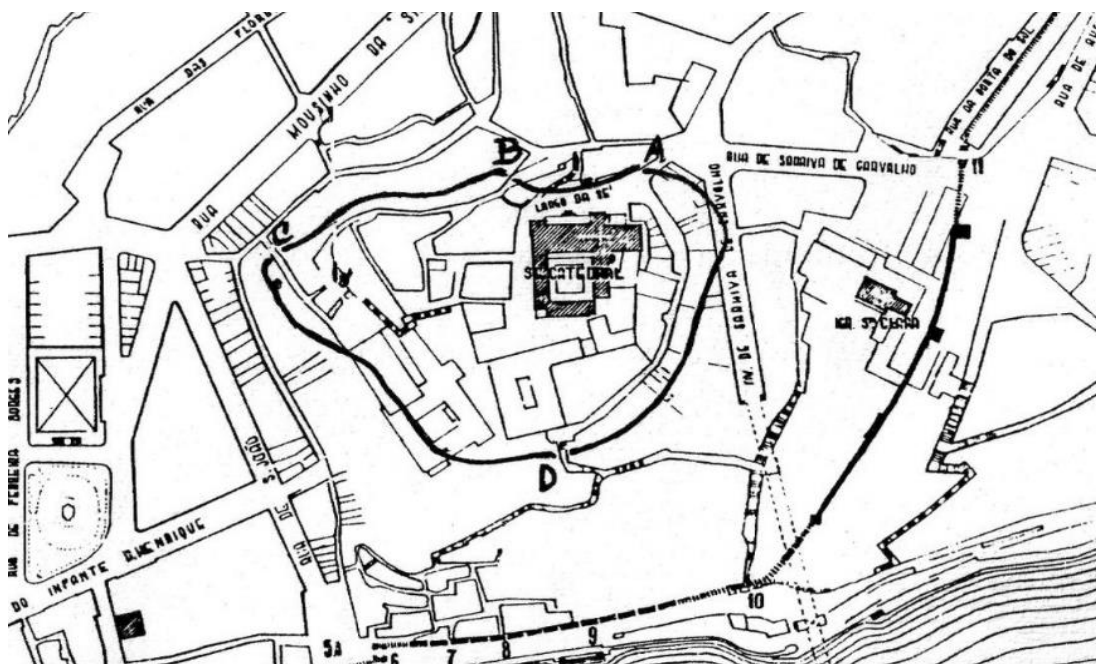
³⁷ **IDEM.** (PP. 133)

³⁸ **IDEM.** (PP. 134)

³⁹ **IDEM.** (PP. 135)

existem lotes com frente ou profundidades correspondentes a uma medida precisa e fixa se repita, pressupondo a existência de um prévio loteamento executado com rigor geométrico. Os lotes apresentam, portanto, perímetros retangulares irregulares. O dimensionamento, traçado e articulação dos arruamentos em que se apoiam estes lotes corresponde ao tradicional modelo orgânico da cidade medieval, não planeada urbanisticamente.”⁴⁰

Fig. 1 – Cartografia com delimitação da Cerca Primitiva (séc. XI-XII)



Convém salientar que, como qualquer cidade medieval, o Porto necessitava de acessos fáceis às fontes de água e comida, e para além disso, sendo construída no ponto alto da topografia, a cidade não tinha acesso imediato ao ponto central dos seus avanços sociais e económicos: o porto marítimo. Para colmatar estas deficiências são construídas estradas ligando, entre outros, pontos importantes para este local, como a rua Escura de acesso ao rio e o caminho de Santo Ildefonso de acesso aos terrenos agrícolas. Estas obras refletem o prosperar da cidade, a estabilidade territorial e o aumento da população residente.⁴¹

⁴⁰ **Fernandes, F. B.** (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade, 1999, 2ª edição. (PP. 120) Porto. Faup Publicações

⁴¹ **Ferrão, B. J.** (1989) “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina”, 1989. 2ª edição. (PP 136) Porto. Faup Publicações

Fig. 2 - Cartografia ilustrativa da definição da Cerca Velha (no interior) e da Muralha Fernandina, com apontamento das portas da Muralha.

Com a expansão dispersa do espaço urbano da cidade para a frente de água, D. Afonso IV manda construir uma nova muralha, de modo a proteger os novos núcleos e delimitar o perímetro da cidade. Terminada em 1376, no reinado de seu neto D.

⁴³ **Fernandes, F. B.** (1999) *Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade*, 1999, 2ª edição. (PP. 121) Porto.Faup Publicações

⁴⁴ **IDEM.** (PP, 121)

Fernando, ficando conhecida como Muralha Fernandina.⁴⁵ O traçado da nova Muralha circundava a margem ribeirinha do Douro e subia até ao Morro do Olival, seguia para o Cimo da Vila e descia pela escarpa dos Guindais até à Ribeira. Tinha um total de 17 portas de saída. Para a Área de Intervenção da Proposta do autor, a porta com maior relevância para é a Porta do Sol, localizada perto das escadas do Guindais e na zona das Fontainhas, ainda atual Rua do Sol.⁴⁶

Ainda no séc. XIV surge uma preocupação com as frentes das cidade e com o ordenamento do espaço devido ao desenvolvimento rápido no novo espaço da cidade delimitado pela Muralha, determinando “(...) a base da expansão urbana do Porto de Quatrocentista: a progressiva substituição das edificações executadas nesta época e nas antecedentes por novas construções, no interior do perímetro amuralhado, restrito quadro de desenvolvimento da urbe até à segunda metade do séc. XVIII”⁴⁷.

Além disso, “(...) a edificação corrente, de frente estreita e reduzido número de aberturas, seria construída por um nível térreo de tosco granito sobre o qual se situavam quando muito, uma sobreloja, ou mais raramente dois níveis, construídos em tabuados.”⁴⁸ Os tabuados eram utilizados dado o baixo preço desta matéria prima, e o granito era colocado em contacto com o solo para evitar o apodrecimento da madeira.⁴⁹ Estas habitações viriam a ser consideradas as típicas habitações do Porto, encontradas por todo o seu espaço e hoje em dia consideradas como património. Seguidamente, em 1470, dá-se um período de consolidação do espaço urbano no Morro da Vitória e a definição dos percursos de travessias norte-interior do País, como a rua de Santa Catarina e a rua das Flores.⁵⁰

No século XVI dá-se a perda da Independência de Portugal para Espanha, que, apesar da sua permanência até ao fim do séc. XVII, não impulsionou consideravelmente o desenvolvimento da cidade. No entanto, é possível notar que “(...) no interior da muralha surgem então construções de frente larga, geralmente com dois pisos, totalmente executados em pedra, com fachadas rasgadas por significativo número de vãos em torno das quais era aplicada singela decoração manuelina ou renascentista.”⁵¹ Ainda de promoção Filipina, desenvolvem-se espaços públicos nas imediações dos

⁴⁵ **Ferrão, B. J.** (1989) “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina”, 1989. 2ª edição. (PP 121) Porto. Faup Publicações

⁴⁶ **IDEM** (PP. 139)

⁴⁷ **IDEM** (PP. 142 e 143)

⁴⁸ **IDEM** (PP. 143)

⁴⁹ **IDEM** (PP. 143)

⁵⁰ **IDEM** (PP. 145 a 146)

⁵¹ **IDEM** (PP. 147 a 151)

espaços religiosos e ainda a preocupação de organização do rossios, como por exemplo o da Batalha.”⁵²

Na segunda metade do séc. XVIII, “O ministro de D. José, consciente da importância política do controlo da gestão da cidade, promoveu profundas mudanças na estratégia de intervenção urbanística durante a sua administração, que não só responderam às principais questões que se colocavam, como definiram princípios de ação de planeamento urbano que vieram a concretizar-se durante todo o séc. XIX, principalmente na primeira metade.”⁵³ No Porto é implementado o Plano Almadino, inspirado pelo Plano Pombalino, de forma a organizar e melhorar o espaço dentro da muralha e criar um planeamento de ordenação do espaço para fora da muralha. Todas as mudanças que advêm deste plano foram executadas até meados do séc. XIX.⁵⁴

Executado por João de Almada, este plano propõe uma projeção de cinco eixos desde a “cidade Fernandina” numa “(...) expansão radial da cidade, ou melhor, a modernização, a reestruturação e a urbanização do sistema radiocêntrico do Porto de Seiscentos manifesta a capacidade de apreensão do fenómeno urbano como facto uno e complexo. Elaborando-se planos parcelares claramente integrados num modelo urbano, abrangendo toda a cidade, e organizou-se a estrutura político-administrativa e jurídico-financeira da sua gestão.”⁵⁵

Este plano leva à demolição de grande parte da agora obsoleta Muralha Fernandina no séc. XVIII, criando uma conexão entre o espaço mais antigo e o mais recente, fora da muralha, com a criação de novos arrumamentos, edifícios e praças.⁵⁶ Coordenando com a Junta de Obras em 1794, entidade de responsável pelo tratamento urbanístico da cidade, constrói-se a nova Rua de Santo António (agora Rua 31 de Janeiro) onde antes passava o limite da muralha, cruzando com a pré-existente rua de Santa Catarina e a de Santo Ildefonso.⁵⁷

⁵² **IDEM** (PP. 147 a 151)

⁵³ **Fernandes, F. B.** (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade. 2ª edição. (PP. 128) Porto. Faup Publicações

⁵⁴ **Júnior, J. A. P. M. J.** (2016) Entre o Plano e o Declive. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, (PP.29). Dissertação de Mestrado

⁵⁵ **Fernandes, F. B.** (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade. 2ª edição. (PP. 141) Porto. Faup Publicações

⁵⁶ **IDEM** (PP. 141)

⁵⁷ **IDEM** (PP. 142)

Fig. 3 – Cartografia do Porto de Perry Vidal, 1865



Relevante para a Área de Intervenção, procedeu-se também ao redesenho da área entre a Rua do Sol e a atual Rua 31 de Janeiro, criando uma praça nova para a cidade.⁵⁸ A praça, que continha desde o séc. XVII uma estátua de D. Pedro V, ficou conhecida como Praça da Batalha, sendo delimitada por um palacete e pelo Teatro Nacional de S. João, executado na mesma altura pelo arquiteto Vicente Mazzoneschi.⁵⁹ A partir da análise da cartografia é possível observar-se que junto à zona da Porta do Sol foi feito o Jardim das Fontainhas, como continuação e expansão do já existente Passeio das Fontainhas.⁶⁰

Ainda no contexto dos Almadas, denota-se o aparecimento de um novo “(...) tipo de edifício de habitação, subjacente a essas propostas é o de habitação plurifamiliar. Consta-se ainda, por comparação com tipologias de outras cidades contemporâneas, que esse tipo desenhado pelos arquitetos dos Almadas pressupõe o modelo urbano do

⁵⁸ **Júnior, J. A. P. M. J.** Entre o Plano e o Declive. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, (PP.29) 2016. Dissertação de Mestrado

⁵⁹ **IDEM** (PP. 29)

⁶⁰ **IDEM** (PP. 29)

palácio.”⁶¹ Edifícios estes que mantêm os mesmos princípios das habitações já existentes, mas com frentes de rua maior e de maior imponência no aspeto geral das ruas.

Fig. 4- Planeamento do final do séc. XVII até ao início do séc. XIX



Em 1802, Francisco de Almada e Medonça promove e começa a idealizar a criação de um acesso entre Porto e Gaia, a partir do rio.⁶² Em 1841 dá-se início à criação da Ponte Pénsil pela empresa Claranges Lucotte & Cie, conectando as duas margens. No entanto, em 1881 esta é substituída pela Ponte Luis I de dois tabuleiros, unindo as cidades a partir de 2 pontos estratégicos para ambas ao lado da anterior Ponte Militar das Barcas. Esta obra foi realizada pelo conceituado engenheiro francês Gustave Eiffel.⁶³ O desenvolvimento industrial e comercial da cidade justificava a necessidade dos dois tabuleiros, de modo a possibilitar uma transição mais comercial pelo tabuleiro inferior e o desafogo do trânsito da cidade pelo tabuleiro superior.⁶⁴ De uma forma geral, este tabuleiro tinha um cariz nacional, dado que o percurso Lisboa – Porto, ligação de grande relevância no acesso a outras zonas do País, estava por lá

⁶¹ **Fernandes, F. B.** (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade. 2ª edição. (PP. 143) Porto. Faup Publicações

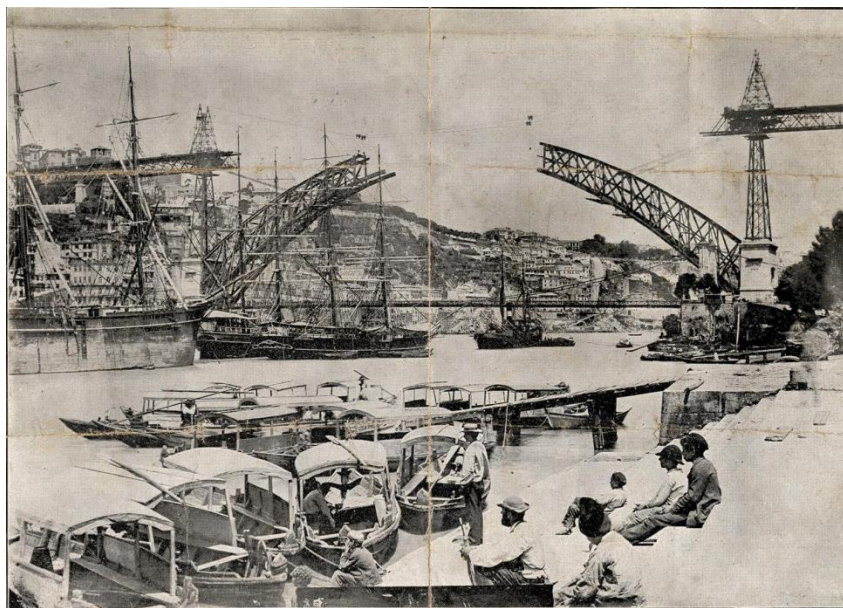
⁶² **IDEM** (PP. 143)

⁶³ **Portal Património Mundial.** Ponte Luis I

⁶⁴ **IDEM**

encaminhado.⁶⁵ A ligação no lado do Porto era feita pelo Morro da Penaventosa, passando pela Sé do Porto, com objetivo de afluir à Praça da Batalha. Devido a este percurso, a Porta do Sol teve de ser demolida para possibilitar o tráfego e a criação de um percurso livre para o interior da Cidade. Em 1886 o tabuleiro superior da ponte Luís I é concluído, e em 1887 é concluído o tabuleiro inferior.⁶⁶

Fig. 5 - Fotografia da construção da Ponte Luis I, Séc. XIX



A partir deste momento dá-se um desenvolvimento exponencial do espaço e passa a ser necessário utilizar um ponto de vista mais urbano. Graças a todas estas modificações na expansão da cidade, afirma-se que “A dinâmica do crescimento e reestruturação urbana subjacentes ao aumento da rede viária, do parque habitacional, da criação dos novos equipamentos de serviço público em vários sectores de atividade não correspondeu a um processo vigoroso de industrialização dos meios de produção na cidade do Porto ou da Região Norte, durante o séc. XIX (...)”.⁶⁷ Na cartografia de 1865 é possível observar-se a edificação de ilhas no interior dos quarteirões do centro histórico, de modo a albergar os operários que se moveram do campo para a cidade, consequência da industrialização, fazendo com que as casas senhoriais de frente de rua

⁶⁵ Portal PatrimónioMundial. Ponte Luis I

⁶⁶ IDEM

⁶⁷ Fernandes, F. B. (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade. 2ª edição.(PP. 139) Porto.Faup Publicações

pertencessem aos burgueses que ligados ao comércio local, e no seu interior eram alojados os operários.⁶⁸

Nesta fase final começa a surgir a necessidade de foco, não na expansão das novas áreas da cidade, mas também um olhar para o interior do espaço urbano da baixa, em particular o território entre a Sé, a Batalha e as Fontainhas. A 27 de Janeiro de 1879 a escarpa do Guindais desaba, danificando parte do Passeio das Fontainhas e também das residências que lá se encontravam. Consequência do dano às residências irrompe um incêndio, que destrói completamente a área, que ficou sem reparo até aos dias de hoje.⁶⁹

Na cartografia de 1892, a rua Mouzinho da Silveira com ligação à Sé torna-se o eixo principal de comunicação entre a cota alta da cidade e a ribeira, conferindo uma nova relação entre esses espaços. Desenvolve-se no séc. XX como centro da vida urbana.⁷⁰ Na cartografia de 1948 consegue-se perceber a perda da delimitação do centro histórico com o espaço periférico devido à urbanização das ruas mais antigas da cidade que, mesmo longe do centro, ajudavam a unificar o espaço e o seu carácter urbano.⁷¹

No livro “A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX”, o arquiteto Vítor Oliveira afirma surgir na cartografia de 1978 uma grande mudança no espaço morfológico geral da cidade, oriundo da atualização da sua capacidade automotora.⁷² Resultou da criação de percursos próprios para o tráfego viário na cidade e da adaptação de ruas e avenidas às características necessárias.⁷³

Uma obra importante para a Área de Intervenção ocorre quando, “a 28 de Julho de 1978, é lançado pela Câmara Municipal do Porto, Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, o concurso para a adjudicação da empreitada referente à primeira fase do projeto de “Prolongamento da Rua Duque de Loulé”. Esta referida fase corresponde à construção do viaduto e das áreas de acesso.”⁷⁴ Construído para ligar a

⁶⁸ **Oliveira, V. M.** – *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séc XIX e XX*, 2013, 1º edição, U. Porto editorial, Porto, pág.144

⁶⁹ **Gisa.** Incêndio, depois do desabamento, nos Guindais em a noite de 27 de Janeiro de 1879

⁷⁰ **Oliveira, V. M.** (2013) *A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séc XIX e XX*. 1º edição. Porto. (PP. 115) U. Porto editorial.

⁷¹ **IDEM** (PP. 115)

⁷² **IDEM** (PP. 119)

⁷³ **IDEM** (PP. 119)

⁷⁴ **Júnior, J. A. P. M. J.** Entre o Plano e o Declive. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, (PP.34) 2016. Dissertação de Mestrado

rua do Duque de Loulé com a rua de Saraiva de Carvalho, o intuito era o “escoamento” do tráfego do centro histórico para a periferia.

Fig. 6 - Planta Topográfica Teles Ferreira, 1892



A necessidade de demolição de parte do quarteirão entre o viaduto e a sua paralela, a rua de São Luís, até ao edifício do Recolhimento da Porta do Sol, sendo também demolidos os jardins pertencentes à Escola Comercial Oliveira Martins do interior do quarteirão; ainda hoje se mantêm as ruínas de parte da fachada desse palácio. No fim do séc. XX é possível identificar-se a conclusão da Via de Cintura Interna (VCI) e outros exemplos da adaptação dos espaços urbanos às novas redes viárias.⁷⁵

⁷⁵ **Oliveira, V. M.** (2013) A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séc XIX e XX. 1ª edição. Porto. (PP. 120) U. Porto editorial.

Fig. 7 – Cartografia do Porto, fases de desenvolvimento.

Assim, com a viragem do século surgem mais melhorias do sistema viário da cidade, como é exemplo a criação em 2003 da Ponte do Infante que cria outro ponto de ligação entre Porto e Gaia.

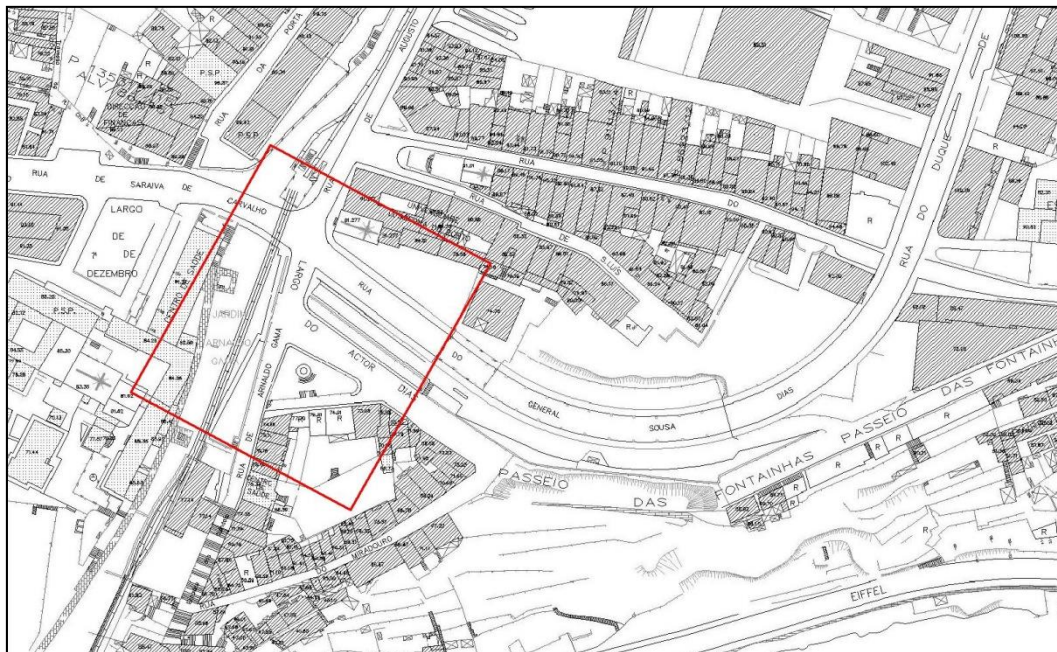
Em suma, a cidade desenvolve-se essencialmente em três períodos diferentes. Do séc. XII ao séc. XIV dentro da Cerca Velha desenvolve-se a primeira Malha Urbana, orgânica e não planeada, de edificações dispersas e ruas sinuosas. No séc. XIV constrói-se a Muralha Fernandina, agregando-se os núcleos fora da Cerca Velha, incluindo os de comércio marítimo. Dá-se um novo crescimento orgânico, com ruas sinuosas, mas com criação de grandes quarteirões de loteamento regular, praças e largos. No século XVII, é feito o primeiro Plano Urbano, resultando na destruição da Muralha Fernandina. Criam-se novos arrumamentos, edifícios e praças no centro histórico, desenvolvendo-se tipologias urbanas de palácios e plurifamiliares. Na periferia, arruamentos com frentes urbanas e quarteirões planeados prolongam a cidade. No séc. XIX, relevante para a Área de Intervenção, a escarpa do Passeio das Fontainhas desaba, interrompendo a ligação com o Largo Actor Dias. No séc. XX é necessário adaptar o centro histórico ao fluxo automóvel, criando-se o viaduto na Área de Intervenção, que destrói o quarteirão e a ligação com o largo.

2.4.1. Morfologia Urbana da Área de Intervenção

A Área de Intervenção encontra-se no espaço da Batalha, localizada no centro histórico da cidade do Porto. O espaço evoluiu de acordo com a necessidade de conferir “lugares de defesa e de poder a locais de comércio, serviços e trocas culturais. Os seus espaços foram recebendo essas diferentes funções, sobrepondo-se com complexidade e dinâmica, bem permitida pela capacidade de resposta de traçados e formas urbanas à modificação funcional.”⁷⁷

É possível verificar que Área de Intervenção encontra-se no cruzamento de quatro ruas: a rua de Saraiva de Carvalho, que vem da zona da Sé, a rua do General Sousa Dias, que passa por cima do Viaduto Duque de Loulé, a rua de Augusto Rosa, que vem da praça da Batalha, e a rua Arnaldo Gama, que vai até às escadas dos Guindais.

Fig. 8 - Excerto da Planta Topográfica do Porto, A vermelho designada a Área de Intervenção



Como referido no subcapítulo anterior, em 1879 o desabamento da escarpa do Guindais e consequente incêndio destroem completamente a área e parte do Passeio das

⁷⁷ **Fernandes, F. B.** (1999) Transformação e permanência na habitação portuense : as formas da casa na forma da cidade, 1999, 2ª edição, Universidade do Porto. Porto (PP. 44) Faculdade de Arquitectura.

Fontainhas, perdendo-se a ligação entre o Largo Actor Dias e o Passeio das Fontainhas.⁷⁸

Em 1978, o Viaduto Duque de Loulé, como podemos ver na figura 9, levou à demolição de parte do bairro B, onde existia anteriormente uma frente urbana para o largo Actor Dias e, onde também existia o Jardim e a Escola Comercial Oliveira Martins, que ainda hoje se é possível identificar ruínas.⁷⁹ Analisando os bairros envolventes podemos concluir que o bairro A apresenta uma malha urbana irregular não planeada de frentes urbanas para as ruas circundantes; o bairro B apresenta uma malha urbana irregular não planeada, com frentes urbanas para duas ruas; o bairro C tem uma malha orgânica sem planeamento, típica dos centros históricos, composta por volumes soltos do limite do lote e ainda com parte da Muralha Fernandina; No bairro D apresenta uma malha urbana irregular não planeada de frentes urbanas para as ruas circundantes, à semelhança do bairro A, mas com loteamentos de menor dimensão.

Fig. 9 - Vista aérea da zona da Batalha na cidade do Porto com divisão dos bairros presentes na Área de Intervenção. A vermelho o bairro A, a azul o bairro B, a Amarelo o bairro C e a rosa o bairro D.



⁷⁸ **Gisa.** Incêndio, depois do desabamento, nos Guindais em a noite de 27 de Janeiro de 1879

⁷⁹ **Júnior, J. A. P. M. J.** (2016) Entre o Plano e o Declive. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, (PP.34). Dissertação de Mestrado

As edificações presentes nos bairros A e B apresentam loteamentos com uma média de três a quatro andares. É possível identificar ainda alguns equipamentos de forte presença urbana, respetivamente o antigo Edifício do Governo Civil no bairro A, com a sua frente para a rua de Augusto Rosa e, no bairro B, o Edifício da Universidade Lusófona do Porto. O bairro C apresenta um loteamento díspar dos outros três mencionados, em que a disposição dos volumes é feita no interior do lote. As edificações são mistas, existindo um monumento religioso, da Igreja de Santa Clara do Porto e edificações tipológicas habitacionais plurifamiliares, na maior com comércio no piso inferior, com uma média de três a quatro andares. O bairro D apresenta um loteamento regular de frente de bairro, de tipologias urbanas habitacionais, com uma média de dois a três andares.

O largo existente entre os bairros C e D, Lar Actor Dias, e define-se como um vazio do espaço urbano resultante dos dois bairros que o envolvem e, atualmente não se encontra em ligação com o Passeio das Fontainhas, existindo a delimitar essa ligação que se encontra interrompida.

Tendo todos estes fatores em conta, é possível concluir que a Área de Intervenção incide no meio de quatro bairros com características morfológicas típicas do centro histórico. O estudo da forma urbana auxilia o estudo da zona envolvente com a Área de Intervenção, delimitando as condicionantes da imagem da cidade presentes para a implantação do Projeto.

2.5. Conclusão de Capítulo

Antes de mais, convém notar que a análise de todo este capítulo se centra no centro histórico pois, apesar de todos os momentos de evolução e expansão da cidade como um todo e de dinâmicas interessantes noutras localizações, o importante para esta dissertação é a compreensão da influência da morfologia da cidade no projeto crítico e a forma como auxiliou a sua concretização.

Em termos históricos, podemos considerar que o desenvolvimento da cidade se divide em quatro períodos diferentes. Do séc. XII ao séc. XIV, dentro da Cerca Velha desenvolve-se a primeira Malha Urbana, orgânica e não planeada, de edificações dispersas e ruas sinuosas. No séc. XIV constrói-se a Muralha Fernandina, agregando-se os núcleos fora da Cerca Velha, incluindo os de comércio marítimo. Dá-se um novo crescimento orgânico, com ruas sinuosas, mas com criação de grandes quarteirões de loteamento regular, praças e largos. No século XVII, é feito o primeiro Plano Urbano, o Plano dos Almadas, resultando na destruição da Muralha Fernandina e expansão do território. Cria novos arrumamentos, edifícios e praças no centro histórico, e na periferia arruamentos de prolongamento da cidade e criação de frente urbanas com estas, surgindo também quarteirões de tipologias plurifamiliares ao contrário de como se fazia anteriormente. A partir do séc. XX, há a preocupação da adaptação da cidade ao fluxo automóvel, apostando-se na adaptação da malha urbana a vias motorizadas.

Conclui-se que a cidade do Porto, dada a sua existência ao longo de vários séculos, sofreu inúmeras mudanças do seu caráter urbano e morfológico, passando de castros no Morro da Penaventosa a uma Cidade de enorme cariz histórico e cultural. Isso deveu-se, sem dúvida, à posição topográfica privilegiada do local, que conferiu à cidade uma excelente capacidade de evolução graças à proximidade de uma zona portuária, defesa militar facilitada e campos férteis próximos. É precisamente este potencial de crescimento económico e demográfico rápido que entra em conflito com avanços tecnológicos, como aconteceu quando a Muralha Fernandina se tornou obsoleta e com a introdução dos sistemas viários novos na cidade. Podemos até afirmar que o crescimento rápido entra em conflito com necessidades de mudança em geral, já que o espaço disponível é rapidamente ocupado num curto espaço de tempo, não dando margens para a construção de novos espaços e estruturas que venham a ser necessários, e resultando numa cidade com do espaço urbano orgânico, pouca homogénea e com

problemas funcionais, apesar do seu alto valor histórico e cultural. Com isto, é possível concluir que existe sempre uma relação entre edificado e o espaço urbano, seja ela planeada ou não, mas que caracteriza o espaço e lhe confere o seu carácter único.

Por outro lado, analisando a A.I. em particular, percebemos que a descaracterização de espaços devido a intervenções pontuais sem reparo da malha urbana posterior é mais comum do que seria desejado. Ligações são quebradas por décadas a fio sem preocupação com o seu restabelecimento, como é o caso da ligação do Largo Actor Dias e do Passeio das Fontainhas, e quarteirões são deixados como terrenos expectantes vazios por tempos indefinidos.

CAPÍTULO III

CASOS DE ESTUDO

3.1. Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques

A requalificação da malha urbana na cidade surge muitas vezes como principal fator numa intervenção. Muitos destes casos remetem à expansão do território por topografias complexas ou por áreas da cidade em que o tecido urbano tenha sido modificado por intervenções que as deixaram parcialmente descaracterizadas.

Neste caso de estudo serão abordadas as duas aproximações do Arq. Álvaro Siza Vieira à envolvente da Avenida D. Afonso Henriques. A primeira proposta de requalificação, incidente no lado nascente da Avenida, foi aprovada pela CMP em 1968. Em 2000 foi aprovada uma segunda requalificação, agora incidente tanto no lado poente como no nascente da Avenida.

A descaracterização da Avenida deveu-se à demolição em 1948 de “(...) uma parte do tecido que envolve a Sé, para conseguir assim uma ligação direta desde a Ponte D. Luís até à Praça.”⁸⁰ e, a mando da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, das edificações medievais erguidas em redor da Sé de modo a enaltecê-la. Resultante desta demolição, onde outrora existiam habitações do séc. XVIII, ficou uma encosta rochosa a descoberto de frente para Avenida.⁸¹

Fig. 10 - Vista de rua da Avenida D. Afonso Henriques, 2015



⁸⁰ **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

⁸¹ **IDEM**

Assim, apesar de separadas no tempo e com escala e arranjos divergentes, ambas as intervenções do Arq. Siza Vieira surgem como resposta a um problema único criado pela demolição da envolvente. Este trabalho foca-se na proposta de 2000, mas é obviamente importante referir as considerações e detalhes da proposta de 1968, já que a segunda proposta vai complementar parte do desenvolvimento e das considerações tomadas na primeira.⁸² De facto, antes de 1968, já vários arquitetos haviam entregue propostas que viram reprovadas. A causa das reprovações assenta na implantação de volumes de dimensões consideráveis no lado poente da Avenida, o que levaria ao obscurecimento da zona baixa da Sé, retirando o carácter monumental conferido pela demolição.⁸³

Fig. 11 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001. A negro a envolvente original da Sé até S. Bento.



A construção em redor da Sé era vista como necessária pelo Arq. Siza Vieira, que afirma ainda que a visão sobre os monumentos existente na altura se devia a um conceito de “(...) complementaridade entre monumento e tecido de construções banais, vamos dizer assim, sobretudo casas, e a excelência dos monumentos depende desse contraste, sobretudo numa construção gótica, que é uma construção que tem do lado de

⁸² **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

⁸³ **IDEM**

fora a estrutura. É como que um edifício virado do avesso e não foi pensado de um modo geral, haverá exceções, não foi pensado para ficar exposto mas sim amparado, rodeado, isso dá origem a espaço interessantes e lugar para a vida da Cidade (...)”⁸⁴. Apesar disso, diz ainda o Arquiteto, o Gabinete da Câmara Municipal do Porto chefiado na altura pelo Arq. Arménio Losa demonstrava intenções de substituir as pré-existências por novas edificações, retirando a reconstrução do edificado como opção para tratamento do espaço.

Assim, na proposta de 1968 o arquiteto desenvolve módulos habitacionais na implantação do lado nascente da Avenida D. Afonso Henriques, percorrendo toda a frente urbana com a rua. Deste modo, responde ao problema da encosta descoberta sem comprometer a posição privilegiada da Sé. A proposta é aceite, mas não executada.⁸⁵

Já a proposta de 2000 para o lado poente da Avenida é condicionada por diversos fatores. Por um lado, a proposta incorpora o plano de um acesso em diagonal para a Sé do Porto salientado anteriormente pelo arquiteto italiano Nicolau Nasoni.⁸⁶ Por outro lado, a reconstrução da Casa dos 24 por parte do Arq. Fernando Távora, em 1997, é um ponto importante para a reabilitação do espaço. Gerando polémica, a opinião geral era que a reedificação da torre “(...) iria prejudicar a Sé, que era o refazer das lutas históricas entre poder religioso e o poder cívico”⁸⁷, afirma Siza. O Arquiteto, no entanto, explica que “a realidade é que este projeto resolvia duas necessidades: uma - iniciar a envolvimento do morro, consolidar este bordo que está maltratado; a outra - fazer uma intervenção historicamente baseada que fornecesse uma ideia, uma primeira ideia, para a inevitável reconstrução da Avenida da Ponte, que não pode ser considerada isoladamente porque abrange toda a zona envolvente.”⁸⁸.

De facto, o programa arquitetónico para a reabilitação da Praça D. Afonso Henriques estava já nas mãos de Siza aquando da reconstrução da torre, que considerou a “pedra fundadora” para o seu projeto.⁸⁹ Este seria implantado no lado poente da Avenida, sobre o espaço descaracterizado pela demolição, retirando assim o Mercado de

⁸⁴ **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

⁸⁵ **IDEM**

⁸⁶ **IDEM**

⁸⁷ **IDEM**

⁸⁸ **IDEM**

⁸⁹ **IDEM**

S. Sebastião do Arq. António Moura, anos 90. O espaço será delimitado pela Sé, a Travessa de S. Sebastião e a rua Avenida D. Afonso Henriques⁹⁰

Postas estas condicionantes, na primeira instância da intervenção, o arquiteto propõe a reconstrução parcial do tecido urbano retirado à envolvente da Sé com habitações, comércio e um museu.⁹¹ Tendo em conta o acesso diagonal proposto por Nasoni, Siza ajuda a defini-lo com dois edifícios de habitação e comércio, colocados no local das estruturas previamente demolidas.⁹² Além disso, este percurso permite não só acesso à Sé, mas também ao estacionamento do Museu que é planeado no percurso descendente da Avenida com “(...) parte contínua subterrânea com volumes destacados à superfície de maneira a conseguir uns abertos e não isolar esta rua [Travessa de São Sebastião] e a dar-lhe drenagem, saídas, e a dar também alguns espaços, pracetas, (...) e espaços de maior dimensão sobre a Avenida.”⁹³.

Fig. 12 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com designação da integração dos volumes de habitação.



A forma dos volumes apresenta ainda “(...) um esforço para introduzir estas novas construções, em parte de grande dimensão, na continuidade do tecido existente.

⁹⁰ **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

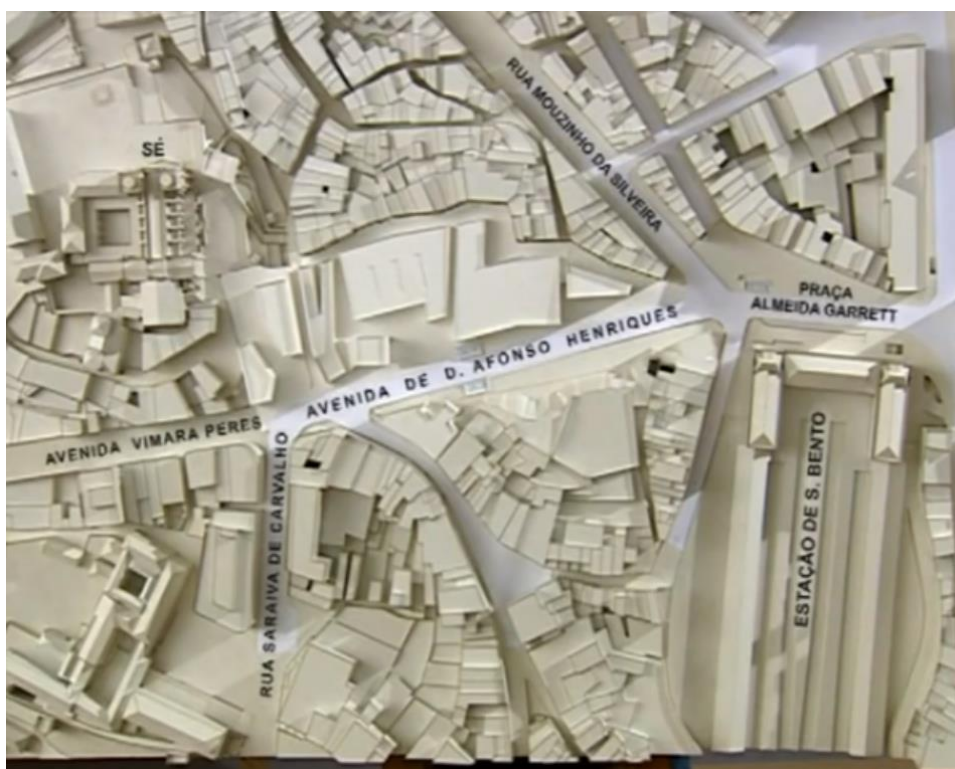
⁹¹ **IDEM**

⁹² **IDEM**

⁹³ **IDEM**

Por isso, alguns acidentes ajudam e algumas relações “(...) ajudam a que isto façam parte de um todo, idealmente como se estivessem ali há muito tempo. E verificamos também que há um relacionamento com o outro lado da Avenida que cria um equilíbrio não contínuo (...)”⁹⁴. Alguns desses “acidentes” formam pequenas pracetas entre os volumes, de forma a introduzir a chegada das pessoas ao espaço.⁹⁵ Dada a importância extrema de toda a rede metropolitana do Porto para o projeto, a praca que faz frente com uma das saídas da estação de São Bento, por exemplo, é particularmente relevante.⁹⁶ O edifício é promovido pelo arquiteto como um espaço de lazer e comércio, de forma a enaltecer a vida do espaço.⁹⁷

Fig. 13 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano



No arranque da rua Mouzinho da Silveira com a Avenida D. Afonso Henriques (e com frente para a Estação de S. Bento), um volume triangular complementa os outros grandes edifícios de fecho. Do outro lado da rua são colocados dois volumes: um na interseção da rua de Saraiva de Carvalho (antiga rua do Sol), com a rua Escura e com o

⁹⁴ **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

⁹⁵ **IDEM**

⁹⁶ **IDEM**

⁹⁷ **IDEM**

acesso à Sé; outro com a rua do Loureiro no extremo superior e a Estação Ferroviária de S. Bento no extremo inferior.⁹⁸

Esta edificação reflete a intenção de rematar as habitações do séc. XVIII existentes, e apresenta-se como melhoria à proposta de 1968, possibilitando o fecho das habitações desenquadradas pela demolição sem requerer uma extensa frente urbana. A forma destes dois volumes é intencional, já que assim, não só pela sua posição, mas também pelas cérceas, criam uma relação entre ambos os lados da rua, integrando e fomentando uma harmonia estrutural e visual do espaço urbano. Por fim, é de notar que a encosta permanece exibida para a cidade sem qualquer tipo de modificação pois, segundo o arquiteto, o tempo e o desgaste proporcionaram o seu encaixe nesta frente da cidade.

Fig. 14 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Verde os Volumes e a Amarelo as Praças



⁹⁸ **Obras e Projetos** - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte).

Fig. 15 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Verde os Volumes e Amarelo as ligações entre volumes.



Fig. 16 - Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Castanho os Volumes e a cinza os acessos.



A requalificação da Avenida D. Afonso Henriques pelo Arq. Álvaro Siza Vieira em 2000 surge como excelente exemplo de Planeamento Urbano em contexto do centro histórico, pretende. uma ligação da Praça Almeida Garrett até ao tabuleiro superior da Ponto Luís I.

A proposta compõe o vazio do lado nascente com volumes que se relacionam com pontos estratégicos do local, quer de modo a restabelecer alguns alinhamentos, permitindo relações com a rua paralela e sem sobrepor a sua volumetria com a Sé. Os volumes dinamizam o espaço pela sua tipologia e atenção às novas ações nesse espaço, como é referido a ligação ao metro do Porto que iria e foi realizado, com acessos paralelos à Avenida D. Afonso Henriques. No outro lado, existe a intenção implantar dois volumes de fecho em cada extremidade do quarteirão de formar a rematar o quarteirão. No entanto, deixar a escarpa sem tratamento, afirmando que essa já se encontra integrada devido ao tempo que teve exposta.

Concluindo, este planeamento urbano, mesmo não sendo realizado e funciona como um excelente exemplo a seguir da aproximação da requalificação do vazio, resultante da criação da faixa viária, onde a proposta volta a integrar o espaço no Tecido Urbano do centro histórico da cidade. Este tipo de considerações para com o terreno são os mesmos utilizados para resolução da AI no Projeto Crítico.

3.2. Proposta para a Batalha, Sociedade Porto 2001

Em 1998, a cidade do Porto e a cidade de Roterdão (Holanda) foram eleitas Capital Europeia da Cultura. Daqui resultou a criação da Sociedade Porto 2001, focada na realização de obras de enaltecimento da cidade, à semelhança do que havia acontecido em Lisboa aquando da Expo 98. No Porto surgiram também concursos de melhoramento e requalificação de diferentes áreas da cidade.⁹⁹

Os concursos de melhoramentos focaram-se na baixa da cidade, secção que se sustenta mesmo com o êxodo da população para a periferia. De facto, a importância comercial e civil bem como a existência de espaços históricos e de carácter asseguram a sua relevância. Tendo em conta estes fatores, a baixa do Porto pode ser dividida em várias zonas, cada uma com três arquitetos responsáveis, em média. Relevante para esta tese é a Área de Intervenção Leste A, correspondente à área da Praça da Batalha que inclui os Guindais, o Parque das Camélias, a Batalha e encosta da Estação de S. Bento.¹⁰⁰ Está assinalada com um tom avermelhado no Anexo I do Programa de Intervenção. Neste caso de estudo será explorado o plano de requalificação do Arquiteto Adalberto Dias.

O Arquiteto justifica a sua proposta de restauro da importância da área da Batalha como forma de prevenir a “desertificação” dos centros urbanos. Argumenta que “(...) na realidade, esta área foi o centro cívico e cultural do Porto do século XIX até aos meados do nosso século, e espaço de encontro e reunião, em resultado da própria estrutura urbana, da confluência de vários percursos comerciais, da generosidade de espaços públicos (praças e largos) e ainda da razoável concentração de edifícios de equipamento, de lazer e uso público associados a uma monumentalidade e história.”¹⁰¹

A zona possui agora o carácter de passagem que, à medida que foi perdendo parte da sua população, foram desenvolvidos outros polos urbanos pelo resto da cidade. De momento, a zona é importante para a cidade ao proporcionar o desafio da baixa para a periferia.

O arquiteto pretende, visionando a construção da Ponte do Infante e da estrutura metropolitana na área, criar espaços de passagem e permanência, equipamentos, áreas

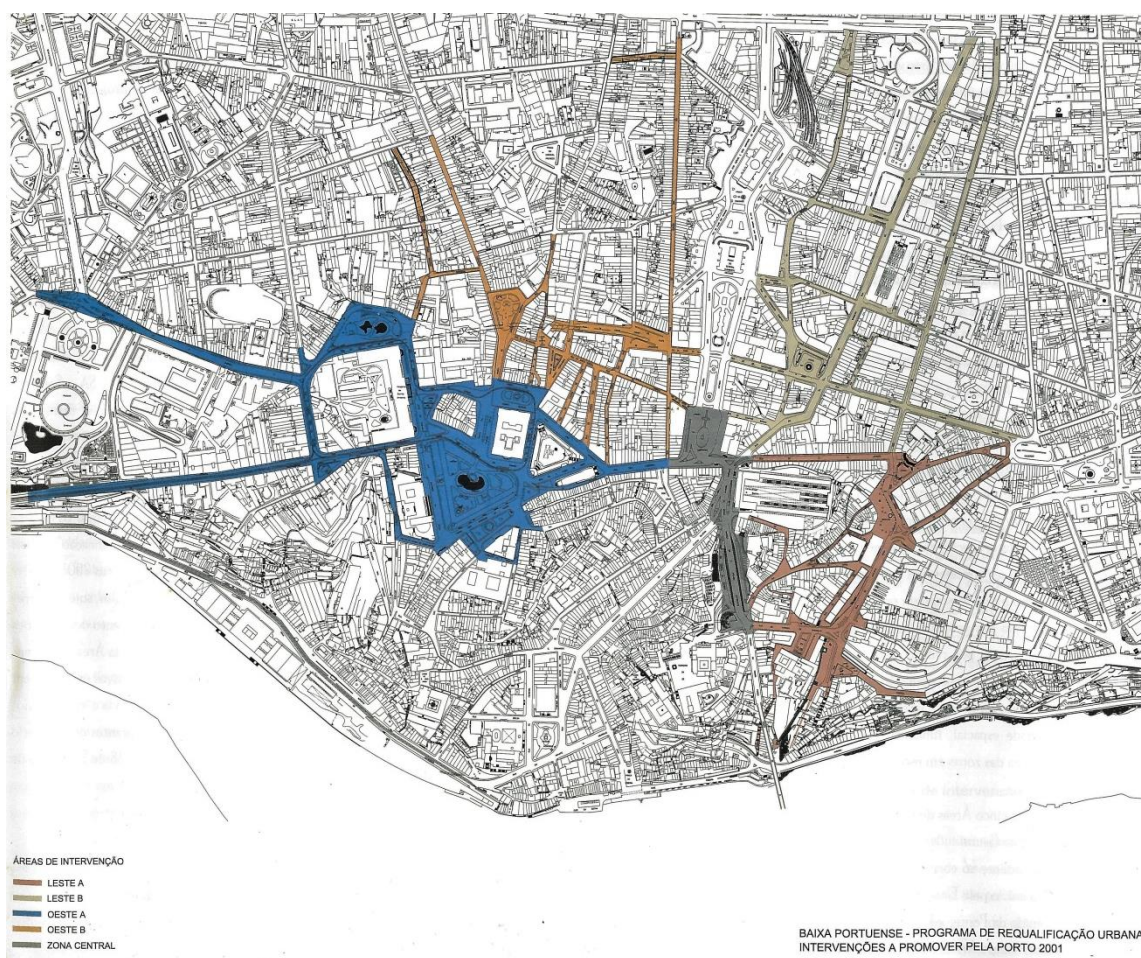
⁹⁹ (2016, Outubro 11) Capital Europeia da Cultura 2001 serviu para fazer obra. Jornal de Notícias

¹⁰⁰ Mendes, M. (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 41) Porto. FAUP Publicações

¹⁰¹ IDEM (PP. 41)

de lazer e edifícios culturais que apelem, segundo ele, à facha etária jovem que ajudará a dinamizar e melhorar o espaço. Afirmo que “(...) a estratégia proposta pela equipa para a área da Batalha e a sua envolvente baseia-se num conceito de concentração (em clara oposição à descentralização) e a proposta apresentada reflete os momentos de coincidência entre percursos, espaços, programas, serviços e equipamentos, todos eles oferecidos pelas reservas e disponibilidades existentes.”¹⁰²

Fig. 17 - Cartografia do Plano de Intervenções para a Baixa, no Concurso Porto 2001. Secção da Batalha definida a rosa.



O planeamento urbano por parte do Arq. Adalberto Dias pode ser dividido em três núcleos, de modo a facilitar a sua compreensão. O primeiro núcleo refere-se à cota mais alta, nomeadamente a Praça da Batalha, o segundo núcleo na parte intermédia da área dos Guindais e o último núcleo, à cota mais baixa, referente a ligação até S. Bento.¹⁰³

¹⁰² Mendes, M. (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 191)Porto. FAUP Publicações

¹⁰³ IDEM (PP. 191)

No primeiro núcleo à cota mais alta, o arquiteto propõe na Praça da Batalha a reformulação do espaço, dividindo-o logicamente em duas praças diferentes.¹⁰⁴ O Arquiteto justifica esta escolha afirmando que, por um lado, “(...) o desenho do espaço em frente da Igreja de Santo Ildefonso privilegia a monumentalidade do templo e propõe uma resolução diferente para o encontro dos sistemas e percursos envolventes em cotas e inclinações distintas”¹⁰⁵; por outro, “(...) o outro espaço mais generoso defende-se na sua estabilidade por forma a sugerir e facilitar a instalação de esplanadas com prolongamento da restauração existente ou criar e assim promover a sua utilização como espaço de encontro e de estar.”¹⁰⁶ Esta opção deve-se também á intenção de reabilitar os três edifícios na Praça da Batalha, o Cinema Batalha, o Cinema Águia d’Ouro e o edifício dos CTT. “A reconversão destes edifícios constitui uma das peças fundamentais na reabilitação da vida urbana de toda a área em estudo, por forma a captar e atrair a população, sugerir lugares de encontro e estar e oferecer ocupações de atividades em tempos de lazer e de formação.”¹⁰⁷

O cinema Batalha seria o espaço principal de lazer destes três edifícios, sendo que o Cinema Águia d’Ouro seria parte adjacente para complementar o Cinema Batalha, criando espaços de comércio em relação aos usos. O edifício da CTT continuaria a sua função pública, com a adição de uma “Loja do Cidadão”. De modo a albergar todos esses movimentos para o espaço da Batalha, é planeado um estacionamento, de dois pisos, com lotação de 250 lugares sob a Praça da Batalha, com acesso pela rua Alexandre Herculano e Augusto Rosa.¹⁰⁸

Ainda na cota mais alta, é proposto a criação da Casa de Desporto no Parque das Camélias. Esse complexo desportivo serviria como espaço público para a prática do desporto.¹⁰⁹ “Esta Casa do Desporto, completar-se-á com pavilhões, ajustados e dimensionados a vários desportos, e a solução arquitetónica e a sua tipologia deverão permitir um faseamento construtivo, por forma a se ajustar aos tempos de mudança e transformação da área (Metro, Ponte), e permitir assim o uso temporário das correspondências interurbanas concentradas atualmente neste espaço.”¹¹⁰ De apoio ao

¹⁰⁴ **Mendes, M.** (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 195)Porto. FAUP Publicações

¹⁰⁵ **IDEM**, (PP. 195)

¹⁰⁶ **IDEM**, (PP. 197)

¹⁰⁷ **IDEM**, (PP. 197)

¹⁰⁸ **IDEM**, (PP. 197)

¹⁰⁹ **IDEM**, (PP. 197)

¹¹⁰ **IDEM**, (PP. 200)

complexo desportivo, é proposto também no Parque das Camélias um estacionamento, com lotação de 500 lugares.¹¹¹ Pretende-se ainda o redesenho do percurso de Sá da Bandeira até S. Bento, devido à importância demonstrada pelo arquiteto para com as praças e largos deste percurso, de que conferem harmonia aos espaços e possibilidade de aproveitamento desses percursos.¹¹² O arquiteto afirma que estas para se colocarem esplanadas de auxílio ao comércio, promovendo a permanência nos mesmos.

Fig. 18 - Cartografia das Volumetrias do Plano de Intervenções para a Batalha.



No segundo núcleo promove-se a reinstalação da Universidade Aberta na rua Entreparedes, dos Serviços de Saúde e a expansão no edifício do Governo Civil, cujos serviços seriam transferidos para o Palácios dos Condes de Azevedo.¹¹³ Os serviços da Polícia de Segurança Pública, (PSP), seriam transferidos para o Edifício do Aljube no Convento de Santa Clara.¹¹⁴ Criação de uma unidade hoteleira em conjunto com a Igreja de Santa Clara, de modo a impulsionar o comercial turístico da Batalha.¹¹⁵ A sua localização é favorável pois encontra-se no centro da expansão da baixa da cidade e, associada aos percursos criados com ligação ao Largo Actor Dias, torna-se uma

¹¹¹ **Mendes, M.** (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 195) Porto. FAUP Publicações

¹¹² **IDEM**, Pág. 200

¹¹³ **IDEM**, Pág. 200

¹¹⁴ **IDEM**, Pág. 200

¹¹⁵ **IDEM**, Pág. 200

excelente adição à cidade. É proposta expansão do edifício da Universidade Moderna pelas traseiras até ao Viaduto de Duque de Loulé.¹¹⁶

É planeado a demolição dos anexos no da Igreja de Santa clara, para realização do tratamentos dos espaços públicos, permitindo assim um acesso de Santa Clara ao Largo Actor Dias.¹¹⁷ Deita-se abaixo ainda as plataformas no seguimento do percurso do antigo elevador dos Guindais de forma a proporcionar novamente a execução do novo Funicular dos Guindais pelo mesmo percurso.¹¹⁸ O espaço do Largo 1º de Dezembro é também modificado, planeado um espaço de estacionamento de apoio à PSP, envolvido por área jardinada.¹¹⁹

É planeada a restauração da linha do elétrico, iniciando-a à saída do funicular dos Guindais, promovendo o percurso até a Sá da Bandeira, passando novamente pelos Clérigos e Santa Catarina, tendo depois a possibilidade de seguir para Cedofeita ou para a Ribeira. De apoio também ao funicular, a proposta articula-se na Ribeira um parque de estacionamento sob a marginal.¹²⁰

O arquiteto promove a “Construção de nova frente urbana para habitação e preferencialmente do tipo residências de estudantes, em terrenos envolventes ao Viaduto de Duque de Loulé/ Largo Actor Dias.”¹²¹ de serviço à Universidade Moderna.

Fig. 19 - Planta da frente ribeirinha do Plano de Intervenções para a Batalha.



¹¹⁶ Mendes, M. (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 200)Porto. FAUP Publicações

¹¹⁷ IDEM, (PP. 194)

¹¹⁸ IDEM, (PP. 196)

¹¹⁹ IDEM, (PP. 196)

¹²⁰ IDEM, (PP. 194)

¹²¹ IDEM, (PP. 200)

Na Cota baixa é proposto uma ligação entre São Bento e a Ponte do Infante a partir de um túnel que “(...) nasce no espaço residual à ilharga sul da Estação de S. Bento, sem inviabilizar acessos locais ou retirar a possibilidade de um arranjo adequado da Praça de Almeida Garrett, e o seu perfil não compromete os túneis ferroviários de S. Bento/Campanhã, dado as diferenças de cotas existentes.”¹²². Isto confere um desafogo do tráfego da cidade da baixa à periferia, levando o acesso diretamente à nova Ponte do Infante, pela rua Alexandre Herculano.¹²³

A nível de ligações pedonais dos espaços, o arquiteto prefere percursos de utilização intensiva como ruas, largos e praças, com utilização partilhada por transportes públicos e viaturas ligeiras.¹²⁴ Sendo previsto para as ruas de Santo Ildefonso, 31 de Janeiro, Santa Catarina, Praça da Batalha e parte da rua Entreparedes, a intenção é promover o comércio e, subsequentemente, aumentar a afluência de pessoas. Inclusivamente, é proposta a criação de novos percursos pedonais em conjunto com os transportes públicos existentes, de forma a conectar espaços urbanos, ao mesmo tempo que se reabilitam edifícios e parcelas.¹²⁵ Esses percursos destinam-se às ligações da rua de 31 de Janeiro à rua da Madeira e há também um percurso entre a Igreja de Santa Clara e o Largo Actor Dias, interligado os espaços. Há ainda referência a um elevador acima do túnel de passagem da estação de S. Bento. A ideia era complementar os acessos promovidos pelo desenvolvimento do Sistema Metropolitano ao estabelecer uma ligação entre S. Bento e Batalha bem como, após a reabilitação de um edifício em específico, uma ligação com a rua 31 de Janeiro.¹²⁶ Os percursos pedonais anteriormente referidos permitem também a criação de dois vazios na cidade, nomeadamente o Largo da Rua da Madeira e Largo da Fábrica de Guarda-Chuvas.

Em geral, é pretendida a “(...) adaptação, reperfilamento e desenho de ruas em função da sua utilização e do cenário de mobilidade proposto e tipificação em soluções construtivas de canais/ percursos de uso exclusivo e de canais/ percursos de uso partilhado em conjugação com a definição de diverso mobiliário urbano e sinalética diversa.”¹²⁷ Ou seja, resolver cada espaço da cidade de acordo com as suas

¹²² **Mendes, M.** (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 191)Porto. FAUP Publicações

¹²³ **IDEM**, PP. (191)

¹²⁴ **IDEM**, PP. (194)

¹²⁵ **IDEM**, PP. (195)

¹²⁶ **IDEM**, PP. (194)

¹²⁷ **IDEM**, PP. (196)

condicionantes, resolver as ruas e passeios de características de forma diferenciadas, promovendo as suas funções e salientando as suas necessidades.

Fig. 20 - Cartografia do Plano de Intervenções para a Baixa, com a Amarelo os percursos Planeados e a Verde os espaços verdes,



A proposta do Arq. Adalberto Dias saí vencedora do concurso para a zona da Batalha, pelo que se começa a analisar a possibilidade de implementação.¹²⁸ Dada a extensão e complexidade das modificações, no entanto, seria impossível implementar todas as propostas dentro do período de tempo disponível, sendo necessário estabelecer prioridades. Definiu-se que as intervenções imediatamente necessárias seriam: Desenho dos espaços públicos e equipamentos multifuncionais da Batalha, bem como das praças da Rua Cimo de Vila e da Casa de Desporto; a Reposição do Funicular dos Guindais e articulação com o elétrico; Requalificação dos espaços públicos associados a Santa clara, Largo 1º de Dezembro, Muralha e recuperação do Teatrinho das Portas do Sol; Construção do elevador S. Bento/ Batalha e do túnel S. Bento/Fontainhas.¹²⁹

No ano de 2017, tendo em conta todas as partes deste planeamento urbano, especialmente aquelas que são aprovadas e, segundo o autor do livro “Porto 2001 :

¹²⁸ Mendes, M. (2000) *Porto 2001 : regresso à Baixa*. (PP. 203)Porto. FAUP Publicações

¹²⁹ IDEM, PP. (203)

regresso à Baixa”, para execução imediata, é possível averiguar que nem todos tiveram a sua implantação. Os casos que é possível verificar se surgiram deste plano são: A reposição do Funicular dos Guindais pelo local onde este outrora passava; O percurso do elétrico iniciando em frente do Edifício do Governo Civil, junto também à saída do Funicular, promovendo o percurso até a Sá da Bandeira, passando novamente pelos Clérigos e Santa Catarina, tendo depois a possibilidade de seguir para Cedofeita ou para a Ribeira; o arranjo do Largo 1º de Dezembro e os percursos pedonais propostas, em exceção o de ligação de Santa Clara ao Largo Actor Dias.

Existem, no entanto, notícias que afirmam a reabertura do Cinema Batalha no verão de 2019, da autoria do arquiteto Alexandre Costa, e a proposta de escadas rolantes de ligação de S. Bento à Batalha até ao fim do ano civil de 2017.¹³⁰

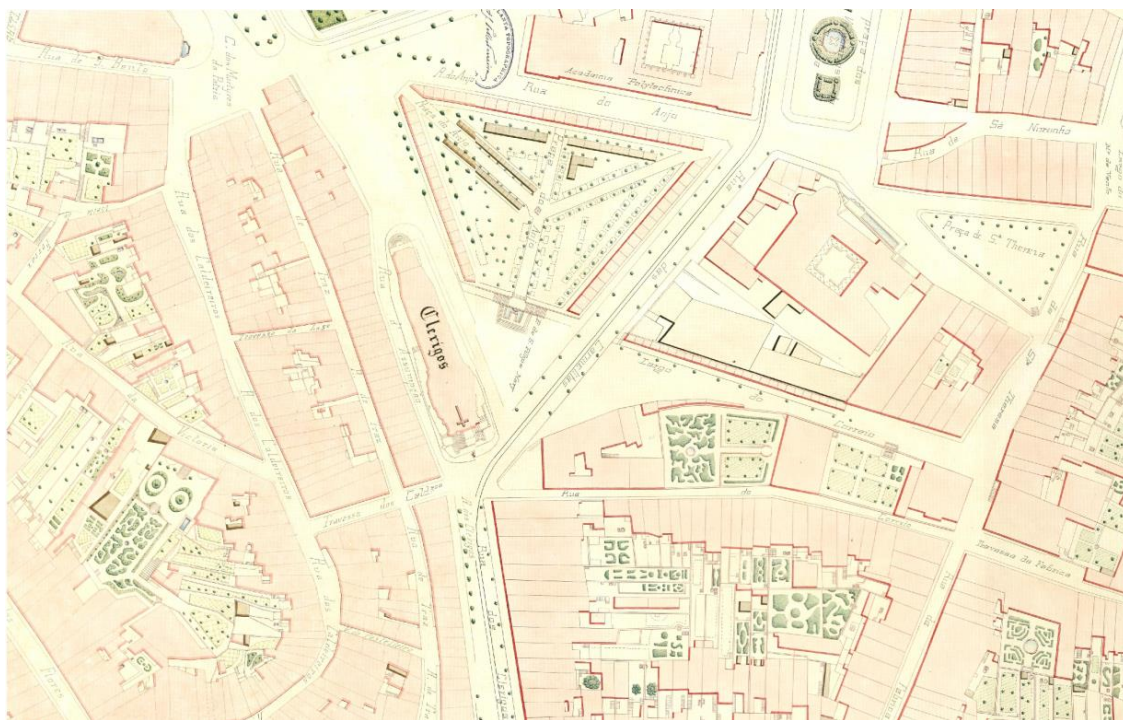
Com isto, podemos concluir que este Plano de Melhoramento da Batalha, mesmo não tendo uma aplicação imediata e geral de todas as problemáticas sugeridas, as ações que se viram mais importantes foram, na maior parte realizadas, sendo que algumas não aplicadas são agora, mais tarde, avaliados por outros arquitetos a serem feitas, resultado do espírito crítico e das preocupações comuns das necessidades do espaço urbano. Outra questão a salientar da importância deste Plano, ainda que não tenha sido realizada, é da proposta das habitações de estudantes para com o Largo Actor Dias. Pois, não só essa Frente Ribeirinha proposta ajuda fortalece a escolha da implantação do Projeto Crítico naquele local, como saliente a clara necessidade de tratamento daquele espaço. Tendo isso a ver com a criação do Viaduto que demarcou aquela quebra do Tecido Urbano da cidade.

¹³⁰ **Martins, I.** (2017, Julho 07). Cinema Batalha reabre no Verão de 2019. Diário de Notícias

3.3. Passeio dos Clérigos

O Passeio dos Clérigos foi um projeto realizado em 2013 pelos arquitetos Balonas & Menano, situado na Praça de Lisboa, na envolvente com a Igreja dos Clérigos e o Jardim da Cordoaria. A implantação desta estrutura é feita onde anteriormente existia o antigo Mercado do Anjo, que permaneceu nesse mesmo local desde 1839 a 1948.¹³¹

Fig. 21 - Planta topográfica da envolvente da Praça do Anjo, 1892



Em 1837 foi iniciada a construção do Mercado do Anjo, que impulsionou o caráter comercial da cidade, no lote triangular delimitado pelas ruas das Carmelitas, São Filipe de Nery e do Anjo (hoje rua do Dr. Ferreira da Silva).¹³² Os acessos pedonais partiam de cada um dos vértices até ao centro da aresta oposta, mas destacava-se o largo com a Igreja dos Clérigos, que se pode chamar de ‘acesso principal’, a partir do qual foi criado o passeio pedonal principal.¹³³ No início do século XX, dada a necessidade de melhoramentos ao mercado, tanto conceptuais como do estado extremamente degradado do saneamento, estipula-se a necessidade de reabilitação e o encargo é dado ao arquiteto José Marques da Silva, em 1905.¹³⁴ A proposta não foi posta em prática, mas visava a

¹³¹ Gisa – Produtor – Mercado do Anjo. 1839-1948

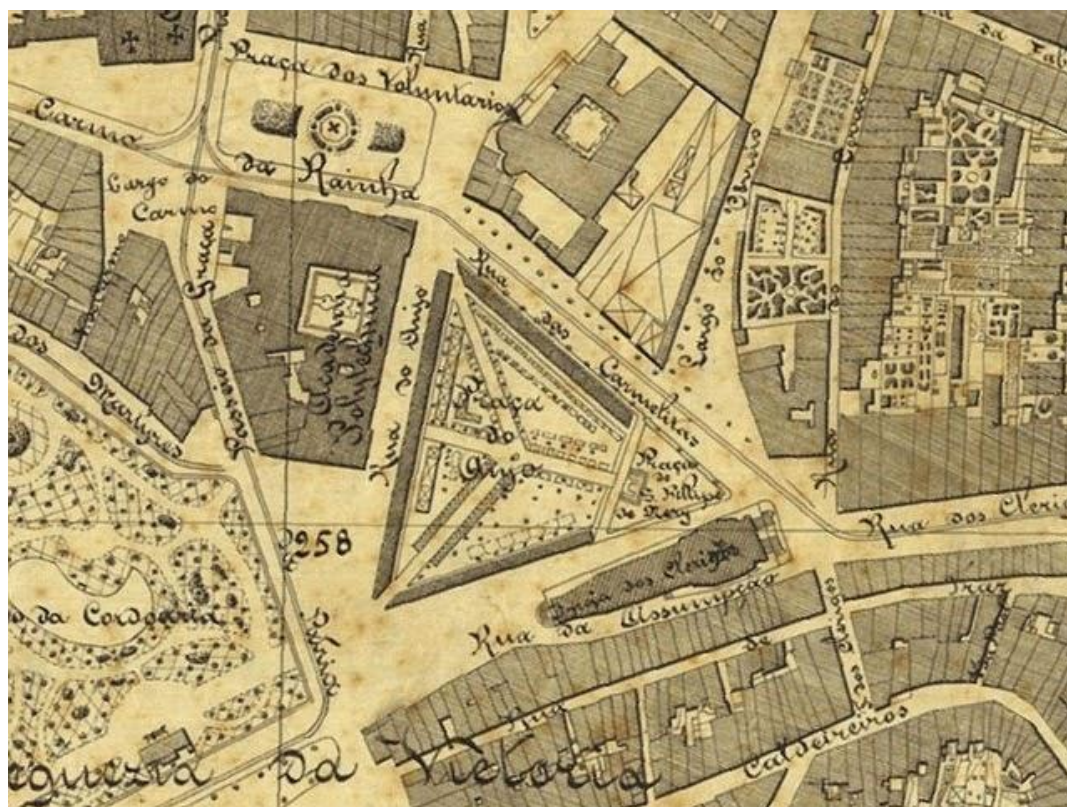
¹³² IDEM

¹³³ IDEM

¹³⁴ IDEM

construção de frentes de rua para as ruas do Dr. Ferreira da Silva, das Carmelitas e de São Filipe de Nery, conferindo à face exterior do mercado um caráter de frente urbana. No interior da praça seria ainda criado um novo espaço isolado para lojas, de forma a preencher o vazio. Dado que a proposta não foi implementada, o espaço continuava a necessitar de uma solução em 1936.¹³⁵ Em 1948 a Câmara Municipal do Porto determina uma migração dos serviços do mercado para outros locais, procedendo-se à demolição do Mercado do Anjo em 1952, ficando a área apenas com função de praça, conhecida como Praça de Lisboa. Em 1990, a Praça de Lisboa incorpora um shopping que viria a fechar em 2006.¹³⁶

Fig. 22 - Planta da envolvente da Praça do Anjo, 1892



¹³⁵ **Gisa**— Mercado do Anjo. 1839-1948

136 **IDEM**

Fig. 23 - Planta do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva

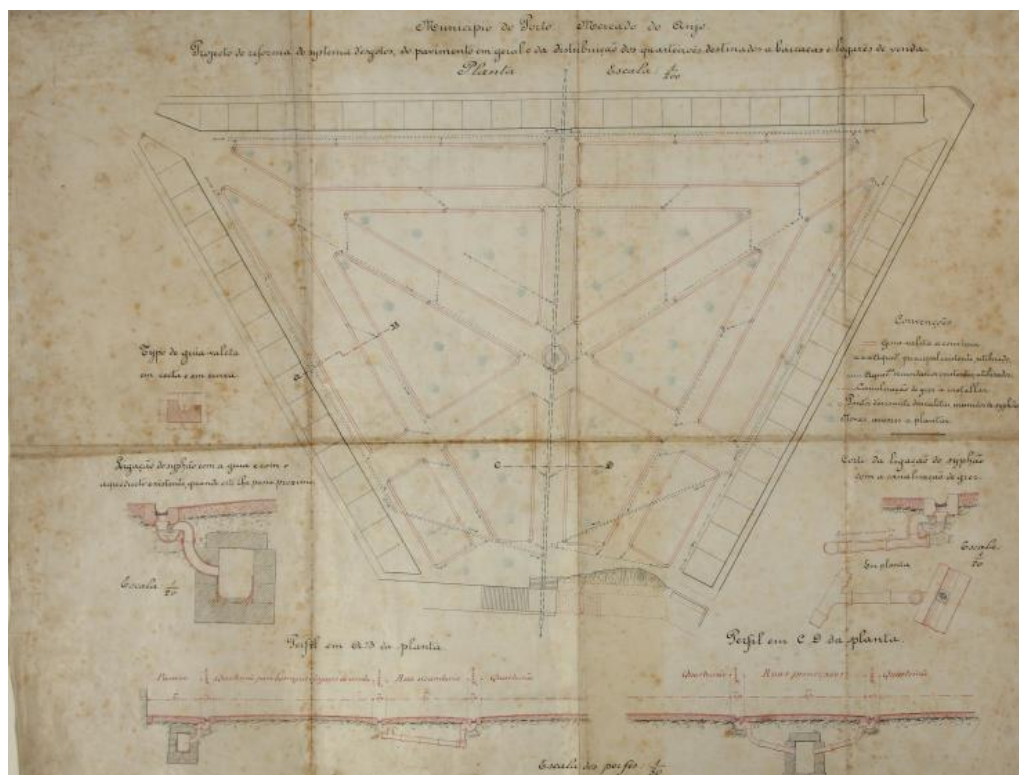


Fig. 24 - Planta do rés-do-chão do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva

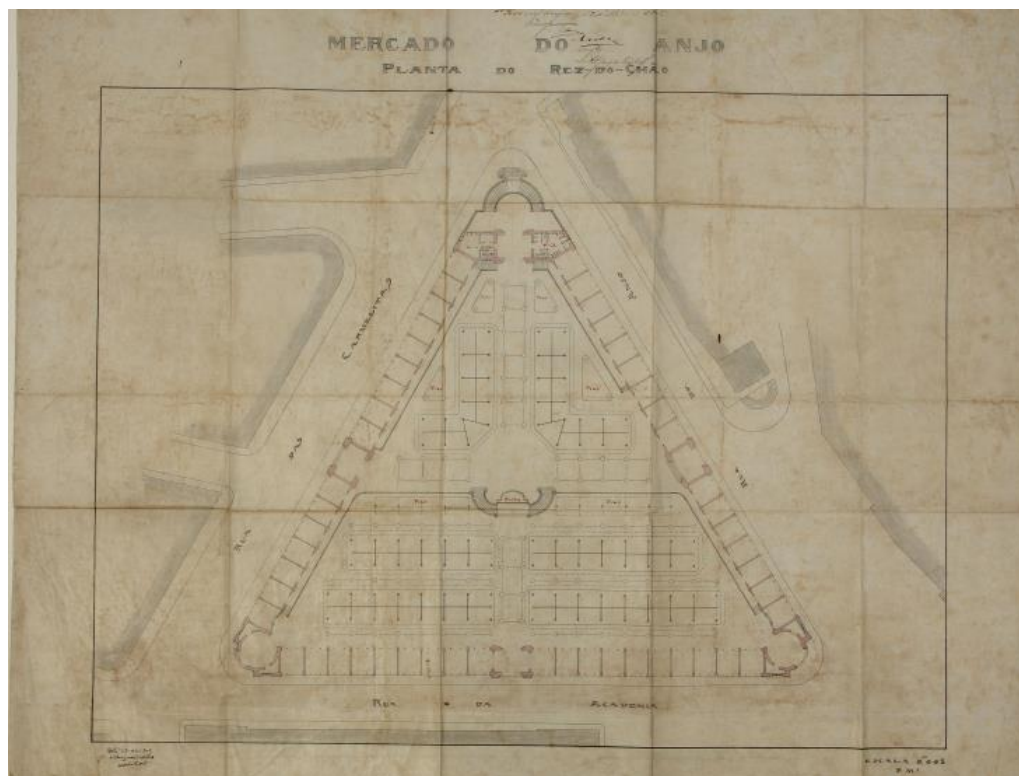
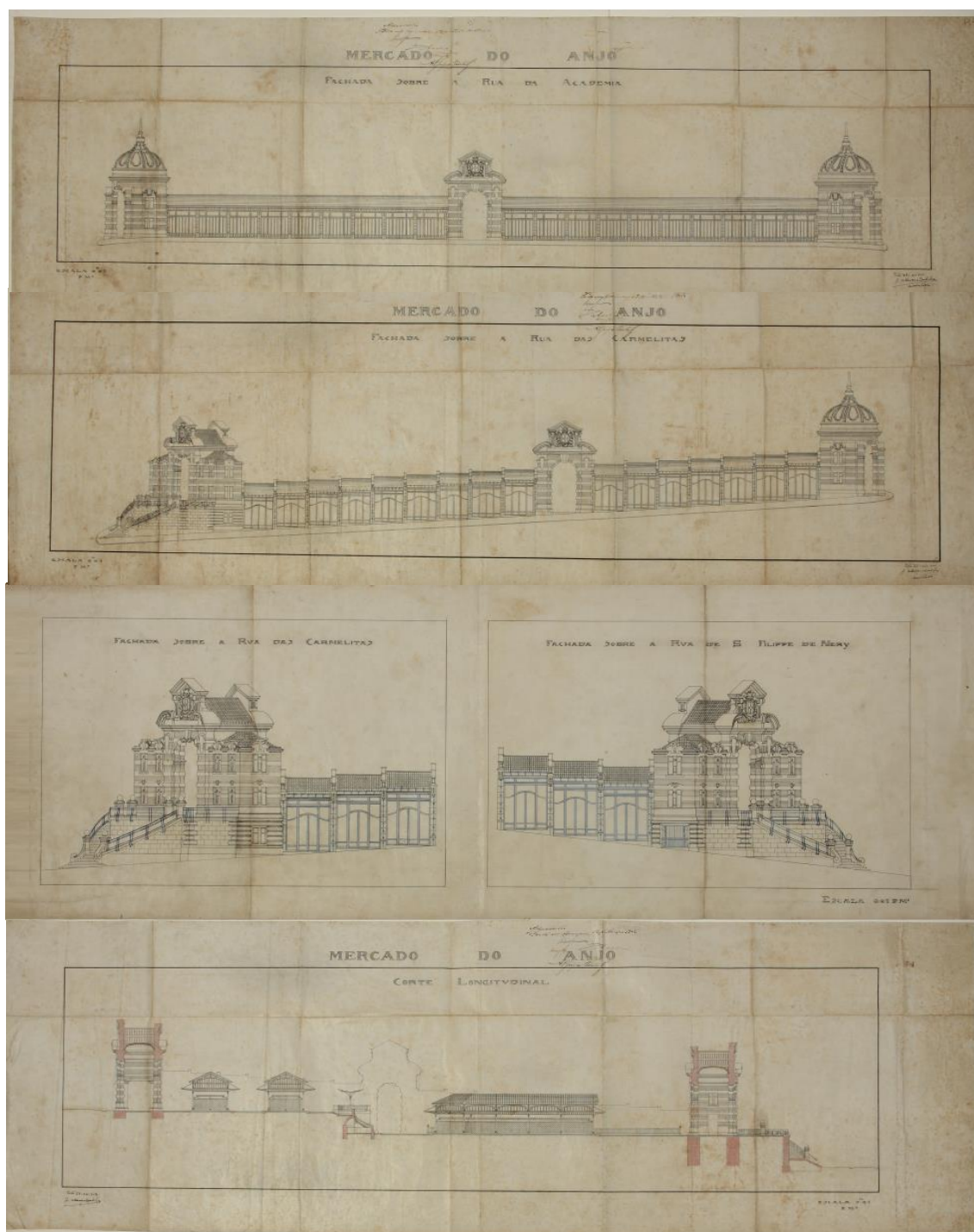


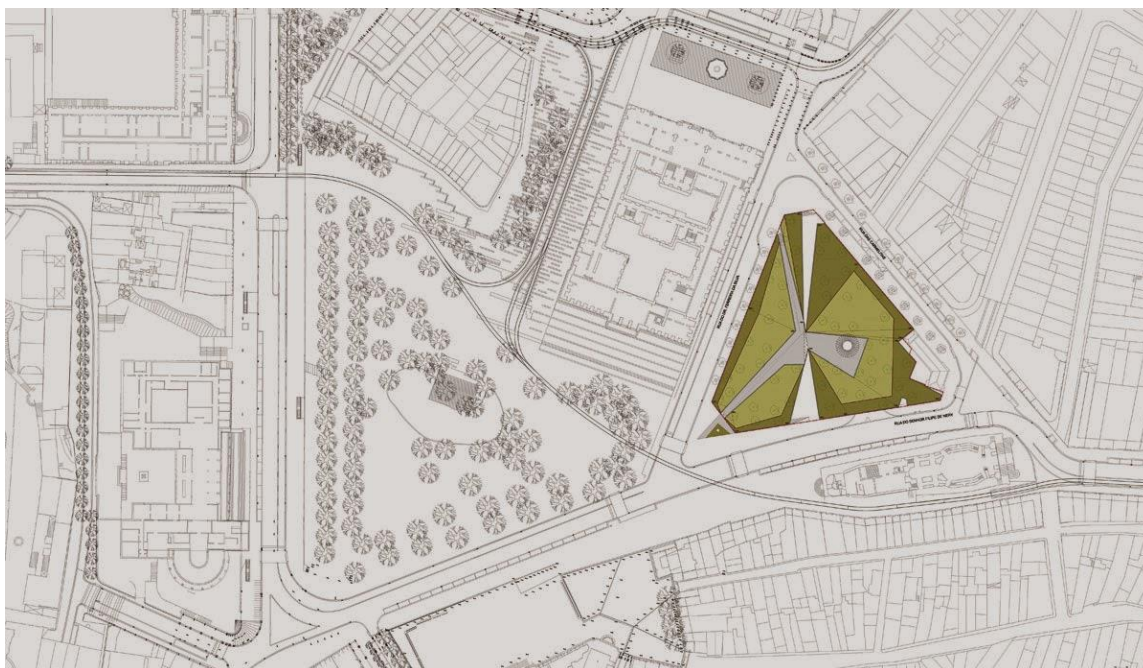
Fig. 25 - Alçados e secção do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva



O concurso “No Rules, Great Spot” (Sem regras, bom local) lançado pela CMP surge em 2007, levantando de novo a preocupação por aquele espaço, e apelando aos arquitetos na sua função enquanto responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento da

Cidade.¹³⁷ Houve um único concorrente a esta proposta: os arquitetos Balonas & Menano, que deram por concluída a obra em 2012, com inauguração em 2013. Ainda no ano da sua inauguração, o Passeio dos Clérigos foi um dos edifícios premiados nos prémios nacionais de reabilitação urbana, sendo o vencedor na categoria de Melhor Intervenção de Uso Comercial.¹³⁸

Fig. 26 - Cartografia de Implantação do Passeio dos Clérigos



A construção do espaço foi agregada a uma frente comercial mais antiga, que permanece agora adjacente ao volume. A obra apresenta um total de 4 500 m² de área bruta, composta por um jardim urbano para a cidade e um espaço de comércio e lazer. Em conjunto com uma topografia singular devido aos pendentes das ruas envolventes, o edifício proporcionou a possibilidade de moldar e criar espaços interiores mais dinâmicos, com vãos mais livres que se relacionam com a envolvente. De facto, o jardim e a área comercial são exploradas a diferentes cotas, de forma a possibilitar a ligação do objeto com o espaço. O jardim urbano, que assenta como cobertura jardinada sobre a zona comercial, alinha com o jardim da Cordoaria e Praça Gomes Teixeira. A área comercial encontra-se à mesma cota da conhecida e aclamada Livraria Lello e da Torre dos Clérigos, com o percurso pedonal a desenvolver-se a este nível. No contexto geral da obra, é possível afirmar que existe a intenção de proporcionar a ligação pedonal

¹³⁷ **Concursos de Projeto.** (2011, Abril 17) No Rules, Great Spot! Concurso de Ideias para a Praça de Lisboa em Porto – Portugal.

¹³⁸ **Afaconsult.** (2013, Abril 4) Prémios nacionais de Reabilitação Urbana Passeio dos Clérigos distinguido como Melhor Intervenção de Uso

entre a praça, passando pela área comercial e chegando a outro espaço importante da cidade - a Torre e Igreja dos Clérigos.

Fig. 27 - Planta de Cobertura

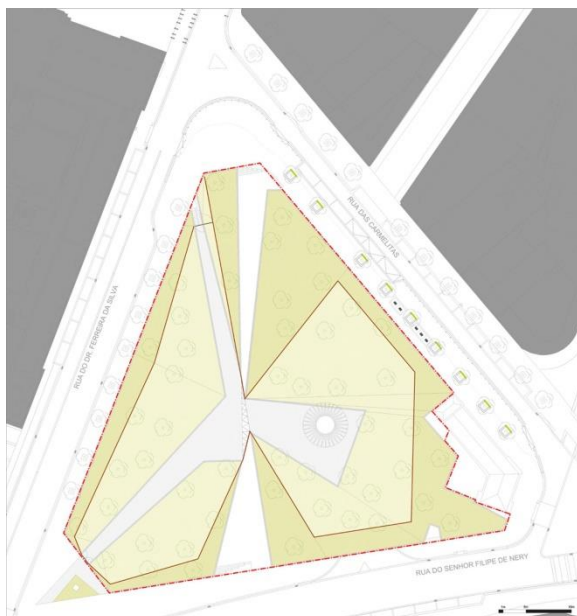


Fig. 28 - Planta do piso 0

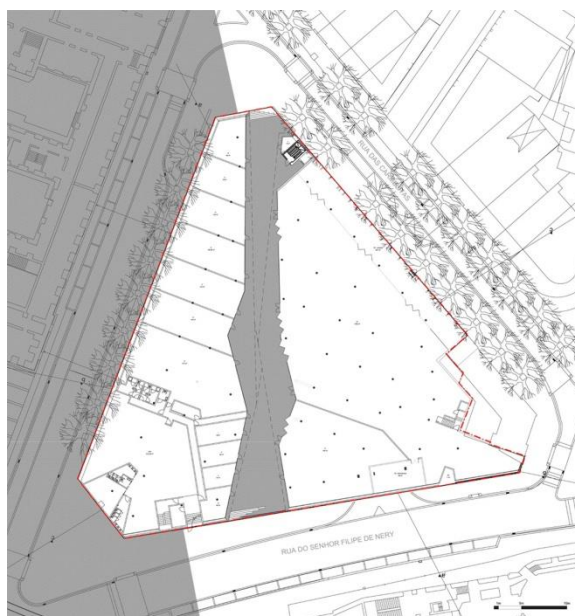


Fig. 29 - Planta do piso -1

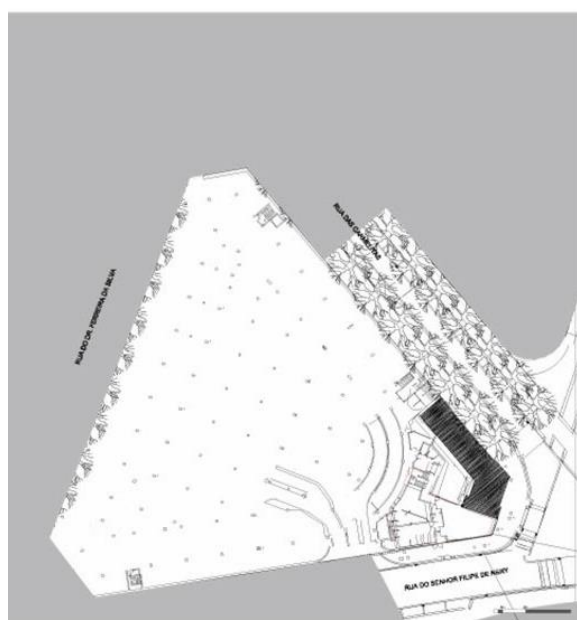


Fig. 30 – Fotografia do Passeio interior



Por fim, no nível inferior, o estacionamento alinha-se com as cotas mais baixas da envolvente e permite a evacuação do trânsito a partir da rua dos Clérigos.¹³⁹ A peculiaridade de formas do volume vem funcionar ainda como uma via natural de funcionamento e movimento para a cidade. “As lajes, executadas em betão armado aparente, criam a referida nova e única passagem, idealizada como rua comercial, pedonal, a céu aberto, oferecedora de sombra ou de abrigo da chuva em ambos os lados junto das suas montras e que liga a livraria Lello à Torre dos Clérigos. O perfil deste arruamento, o seu contexto e a forma de utilização proposta aos transeuntes, clientes e visitantes, trazem novo predicado ao lugar. Por sua vez, o plano de cobertura resulta em apenas dois grandes planos, concordantes e/ou comunicantes com a envolvente.”¹⁴⁰

Fig. 31 - Alçado de frente com a rua Dr. Fernando Silva

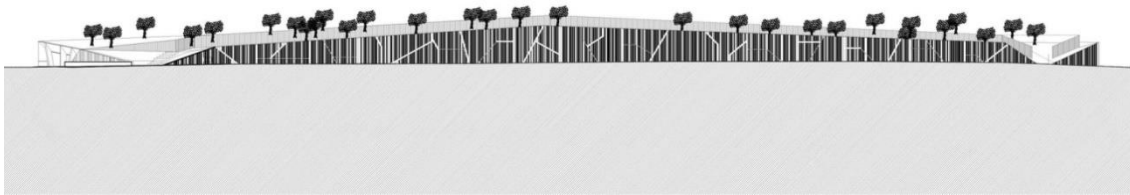


Fig. 32 - Alçado de frente com a rua São Filipe de Nery

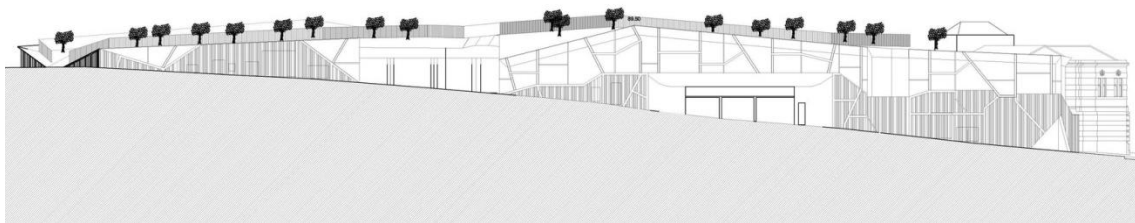
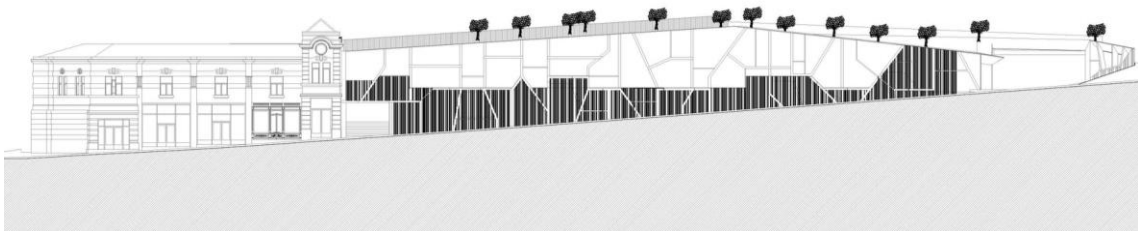


Fig. 33 - Alçado de frente com a rua das Carmelitas



¹³⁹ <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>

¹⁴⁰ <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidato/passeio-dos-cl%C3%A9rigos>

As fachadas viradas para a nova rua apresentam um carácter de simbiose dos espaços por serem vidradas, dando abertura ao espaço. Com as frentes das ruas, as fachadas são compostas de betão pré-fabricado, criando assim um aspeto estrutural exposto e de carácter robusto que contrasta com as aberturas a partir de vãos envidraçados com elementos estruturais metálicos brancos.¹⁴¹ A cobertura, como dito anteriormente, funciona como espaço verde para a cidade. É bem conhecida bem pelas suas oliveiras que, de forma propositada, remetem à memória do antigo Campo do Olival, uma das antigas entradas da Cidade (Porta Olival).¹⁴² Parte do jardim funciona ainda como esplanada para o restaurante ali localizado, conjugando o uso público de lazer com um acréscimo à riqueza dos espaços comerciais.¹⁴³

Fig. 34 - A - Corte do edifício

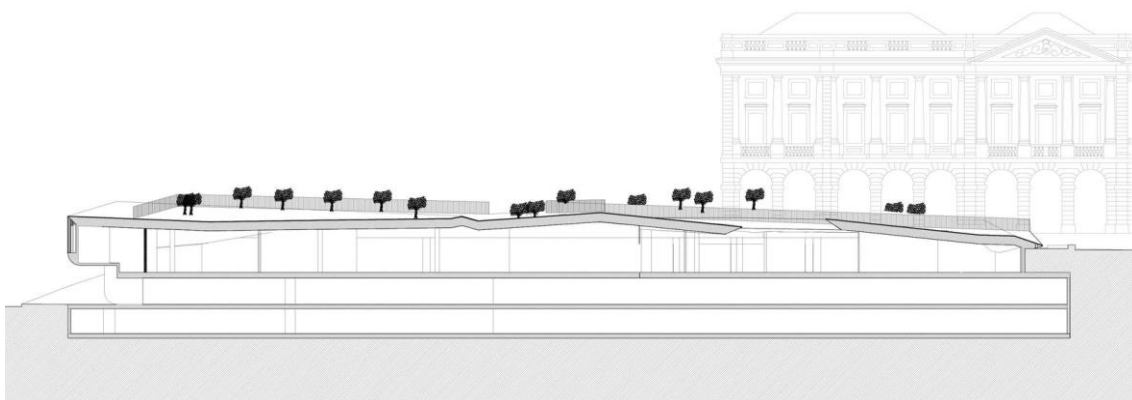
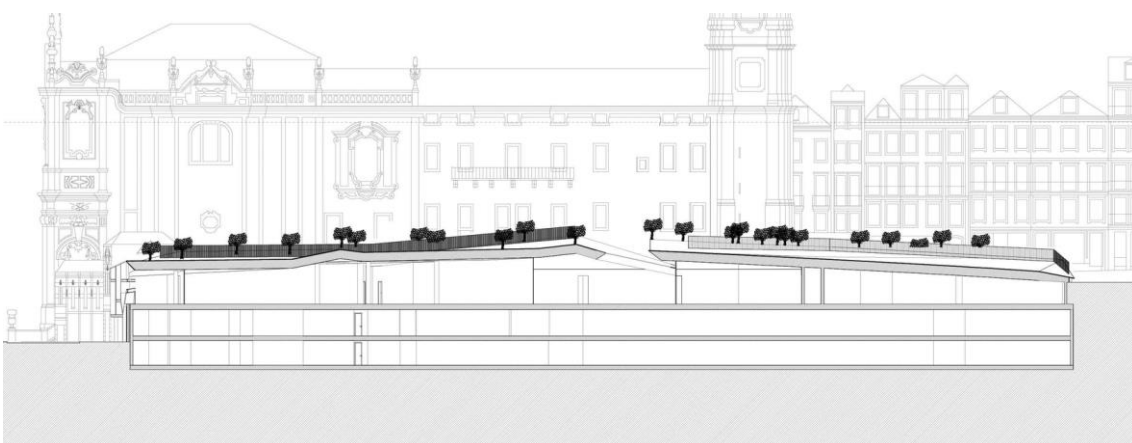


Fig. 35 - B - Corte do edifício



¹⁴¹ Architezer. Praça de Lisboa.

¹⁴² **IDEM**

¹⁴³ **IDEM**

Em suma, o Passeio colmatou o lote expectante da cidade, proporcionando um edifício que se adapta à pendente das ruas e cria acesos aos pontos mais icónicos da cidade, faz desta obra um excelente exemplo da integração do Edificado com um vazios de grandes pendentes. O espaço não retira ao local o seu original contexto de espaço aberto para a cidade, criando áreas de lazer e comércio, sem interromper o fluxo pedestre e vivência do espaço. Remove-se assim o carácter do vazios daquele espaço, passando a ser volume que se abre para a cidade, promovendo a sua integração no espaço circundante sem esquecer o carácter utilitário.

Fig. 36 - Perspetiva da esquina do edifício



Fig. 37 - Perspetiva da rua das Carmelitas



Fig. 38 - Perspetiva da rua São Filipe de Nery



Fig. 39 - Vista do passeio interior



Fig. 40 – Interseção da Cobertura



3.3. Conclusão de Capítulo

A síntese de todo este capítulo centra-se na compreensão das ações dos arquitetos nas requalificações dos seus referentes espaços dentro do Centro Histórico. As opções, mesmo que em contextos diferentes, desde caráter geral de uma Área a uma Praça, é possível verificar fatores em comum.

Na requalificação da Avenida D. Afonso Henriques pelo arquiteto Siza Vieira em 2000, a proposta segue o conceito de voltar a edificar no vazio resultante da criação da Avenida. Ou seja, no local, é realizada uma “reposição urbana” do edificado mas com uma implantação nova adaptada às novas necessidades e com atenção a novos acontecimentos no espaço. Assim, é possível concluir que o método de interação do espaço segue o contexto histórico do tipo de elementos que organizavam o espaço, o edificado, reconstituindo ao local o que havia sido retirado.

No caso de estudo do Planeamento Urbano por parte do arquiteto Adalberto Dias para a Batalha, é possível conferir que, á parte do tratamento geral das áreas degradadas e do estabelecimento de novos percursos, existe a atenção para com o restabelecer dos usos dos edifícios mais antigos e recompor os vazios da cidade. Essa posição é demonstrada pelos exemplos do Centro Desportivo e parque de estacionamento no espaço do Parque das Camélias e pelas habitações para estudantes nos dois lados e Viaduto do Duque de Loulé. Por um lado, verifica-se a intenção de composição do vazio do Parque das Camélias, integrado num quarteirão que havia sido “esventrado”, por outro, a intenção de restabelecer frentes de quarteirão para o lado Sul do Viaduto e a caracterização do Largo Actor Dias.

No caso do Passeio dos Clérigos, é evidente o preenchimento de um vazio de uma antiga Praça por um novo espaço comercial, de integração com a envolvente e com a pendente. No entanto, é possível verificar nele que os alinhamentos da edificação relacionam-se diretamente com o seu posicionamento e loteamento original, auxiliando a sua integração.

Tendo em conta todo o trabalho de investigação destes casos, é possível concluir que existe uma premissa em comum, nos três arquitetos, de intervenção dentro do centro histórico da cidade. Essa premissa expressa que, independentemente da modificação ou reformulação do espaço da cidade com a novos arruamentos ou a novas temáticas, a forma urbana da cidade irá evidenciar a necessidade de requalificação e reintegração do caráter urbano perdido. Pondo isto, o papel do Arquiteto na cidade funciona como uma entidade requalificadora e que reequilibra o edificado e o não edificado na cidade, intervindo de acordo com o estudo das características anteriores do local desde o estudo das problemáticas, das necessidades da integração no espaço e da sua adaptação às características próprias. Finalizando assim a sua intenção de retoma do local ao tecido urbano da cidade.

CAPÍTULO IV

PROJECTO CRÍTICO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1. Projeto Crítico

No âmbito da cadeira de Projeto do 5º ano, foi proposta a requalificação do espaço urbano do Largo Actor Dias, que é parte integrante da área das Fontainhas, na zona histórica da cidade do Porto. Do espaço a requalificar faz ainda parte o Viaduto Duque de Loulé, que em 1978 ligou a rua de Saraiva de Carvalho com a rua do Duque de Loulé de modo a “escoar” o tráfego do centro histórico para a periferia. Para avaliar os ângulos da intervenção é necessário perceber os problemas do local, o que é possível fazer ao analisar o antes e o depois da Área de Intervenção. Verifica-se a destruição de parte do quarteirão que fazia frente para com o atual Largo Actor Dias, ficando o seu miolo descaracterizado. Neste momento é um espaço sem conexão com o viaduto, perdendo até todo o jardim que pertencia à Pensão Palácio, mais tarde Escola Comercial Oliveira Martins, agora demolida.

Fig. 41 - Planta Topográfica Teles Ferreira, 1892, zona das Fontainhas delimitada a vermelho.

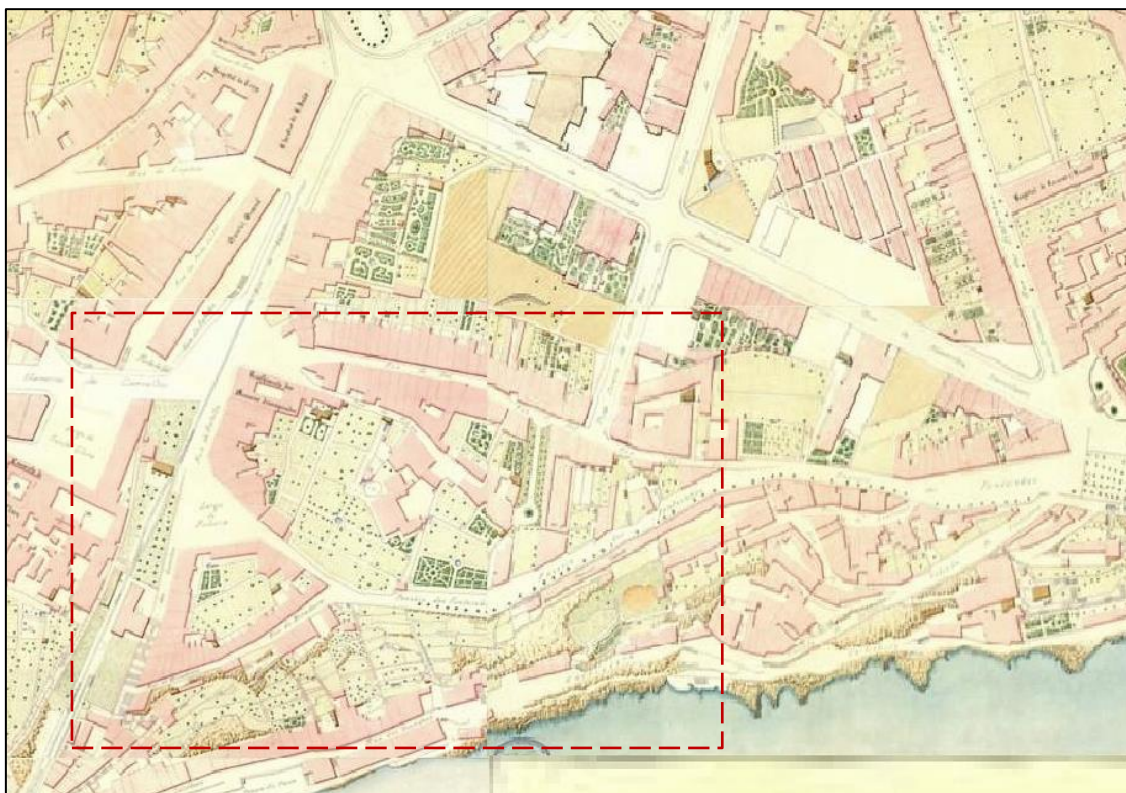
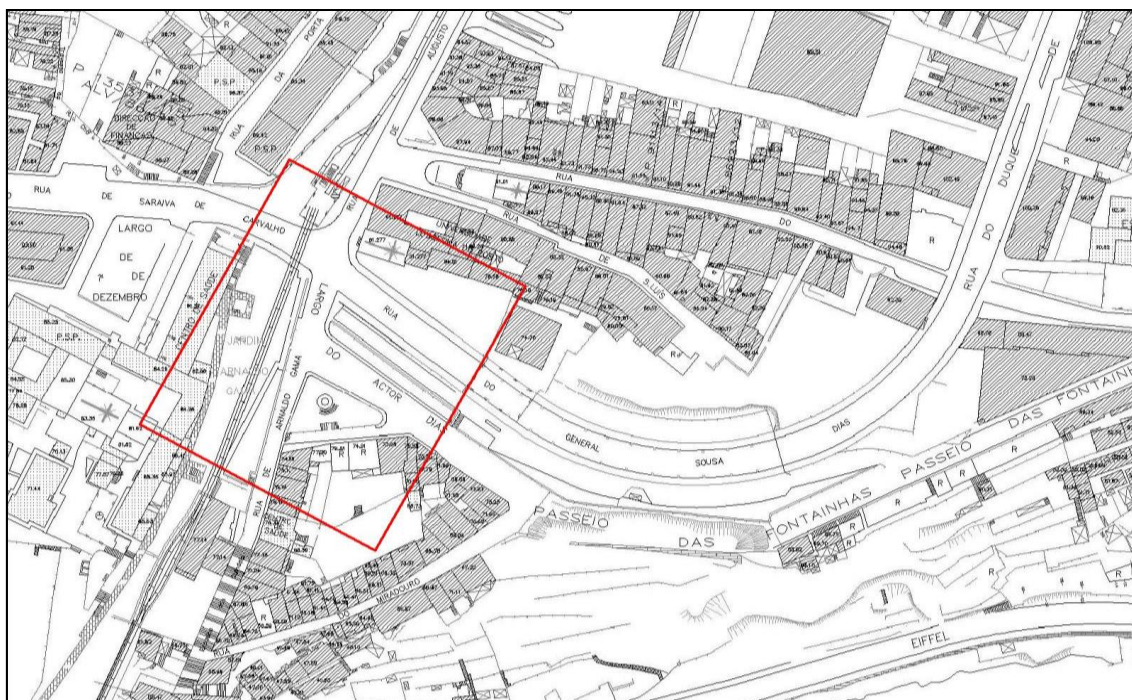


Fig. 42 - Cartografia da zona das Fontainhas com a delimitação da Área de Intervenção a vermelho.



Ainda observando as figuras 41 e 42, é possível observa-se que o percurso existente entre o Largo Actor Dias e o Passeio das Fontainhas foi parcialmente interrompido por uma derrocada, quebrando a conexão entre espaços desta zona.

Dadas estas problemáticas, um dos requerimentos para a requalificação do espaço no exercício de Projeto é o enquadramento da Área envolvente do Largo na envolvente. Foram então dadas três opções de aproximação ao terreno: a edificação de um lar residencial em frente para com o Largo Actor Dias; a reabilitação de três edifícios do quarteirão de frente para o Largo, transformando-os de novo em residências; a edificação de um volume de apoio à Universidade Lusófona do Porto de modo a rematar o edifício; o tratamento morfológico da Área de Intervenção e envolvente, centrado no arranjo formal do espaço interior do quarteirão que foi esventrado de modo a albergar o atual viaduto, nivelando-o ao nível da via e proporcionando uma nova zona verde para a cidade; e, por fim, o afunilamento do viaduto de três vias principais para apenas duas, em ambos os sentidos, de forma a não comprometer o local e de modo a fornecer ao viaduto um novo carácter menos estrutural e mais urbano.

Para este projeto foi escolhida a edificação do lar residencial com ligação ao Largo, composto por espaços públicos, lúdicos e privados, mas sem esquecer a

envolvente imediata. A implantação do mesmo é feita onde outrora passava a antiga frente com o largo Actor Dias, perdida devido à demolição de construção do viaduto. Assim, é reafirmado o carácter do local com os alinhamentos pré-existentes de modo a integrar de novo o local e assim, coser a tecido da cidade. A programação passa desde a base do funcionamento, como espaços administrativos e de gestão, a espaços lúdicos como salas de atividades, a espaços privados como os quartos duplos e individuais.

Fig. 43 - Quadro da programação do edificado e das áreas dos espaços.

PROJECTO 5.1 - LAR RESIDENCIAL

QUADROS DE ÁREAS - OPÇÃO 2 EDIFICAÇÃO

Designação dos espaços	un	Área (m2)	Área (m2)
1 Átrio/Recepção	1	20,00	20,00
2 Espaços Administrativos	2	12,00	24,00
2.1 Gabinete	1	5,00	5,00
2.2 I.S.	1	5,00	5,00
3 Sala de estar	1	50,00	50,00
3.1 Sala de estar	1	30,00	30,00
3.2 Sala de actividades	1	30,00	30,00
4 Instalações sanitárias M/F	4	4,00	16,00
5 Sala de refeições	1	50,00	50,00
6 Quarto	8	15,00	120,00
6.1 Individual	14	18,00	252,00
6.2 Duplo	22	4,00	88,00
6.3 Quarto de banho	3	15,00	45,00
7 Quarto pessoal	3	5,00	15,00
7.1 Individual	1	30,00	30,00
7.2 Quarto de banho	1	20,00	20,00
8 Cozinha	1	20,00	20,00
9 Despensa	1	20,00	20,00
10 Sala de tratamento de roupas	1	12,00	12,00
11 Arrumo material	1	10,00	10,00
12 Arrecadação de malas	1	10,00	10,00
Área útil total			807,00
Área de circulações e paredes 30%			242,10
Área total			1 049,10

Nota: Deve ser previsto um espaço exterior de estar/actividades lúdicas com área a definir

Para requalificação da envolvente imediata, proponho o aterro do terreno expectante entre a Faculdade Lusófona com o viaduto, fazendo um estreitamento na via dando-lhe um carácter mais de rua e menos de estrutura. Permite-se assim a criação de um jardim, colmatando a falta de espaços verdes e de lazer nesta área da cidade, e conferindo ao viaduto um carácter de 'rua'. Integra-se também uma edificação paralela a parte do que é hoje a Universidade Lusófona do Porto, de modo a fechar o edifício e ao mesmo tempo proporcionar um espaço para uso da Universidade. Do lado do Largo,

a praça é mantida com a pendente original, mas recebe um novo alinhamento com as edificações envolventes. Em particular, uma das faces do largo é alinhada com as casas que fazem frente ao lar, o que melhora o seu enquadramento. Desta forma confere-se uma aparência ainda mais agradável e humana ao espaço, criando-se uma zona de estar, em contraste com a atual zona de passagem. Por fim, proponho o restabelecimento da ligação perdida, a partir de tráfego pedonal, entre o Largo Actor Dias e o Passeio das Fontainhas.

Fig. 44 - Planta Topográfica da Área de Intervenção e envolvente



Fig. 45 – Planta Topográfica de Amarelos e Vermelhos



Legenda:
 a Construir a Demolir Implantação da Volumetria Proposta Restauro de Percorso Pedonal

Fig. 46 – Planta Topográfica Proposta com Implantação



Postos estes arranjos morfológicos, o edifício é implantado na rampa adjacente ao viaduto, desenvolvendo-se em três pisos por forma de fazer frente tanto para o atual viaduto como para o Largo. Esta colocação introduz um elemento de fecho ao Largo e possibilita o acesso ao edifício tanto pela cota mais alta, no viaduto, como pela cota mais baixa, no Largo. É possível ver a implantação nas figuras 47, 48 e 49, bem como as referidas cotas das entradas.

Fig. 47 - Planta do Piso 0

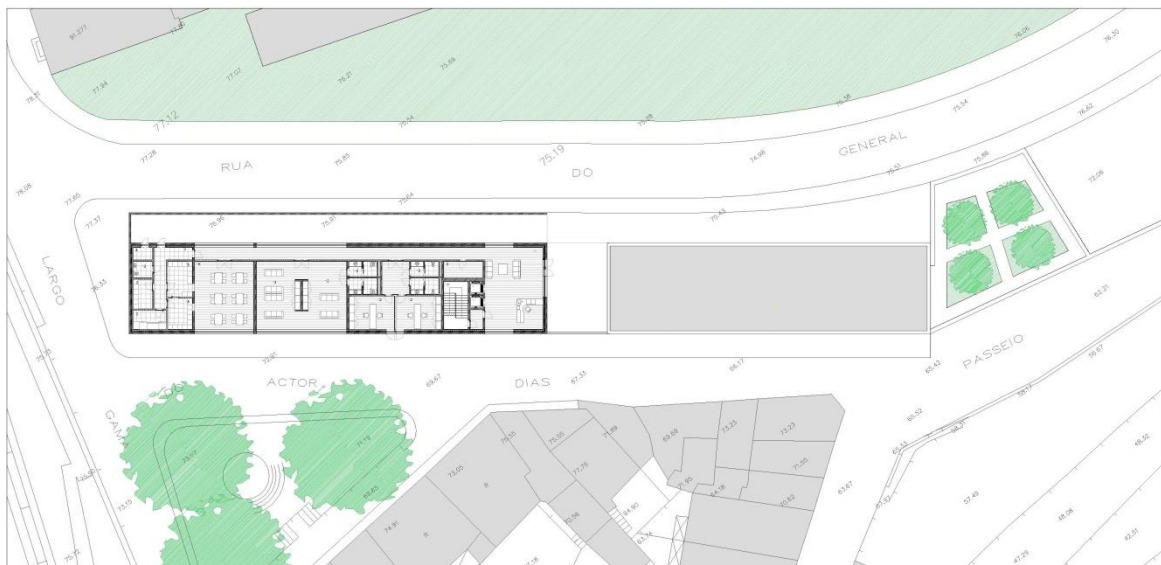
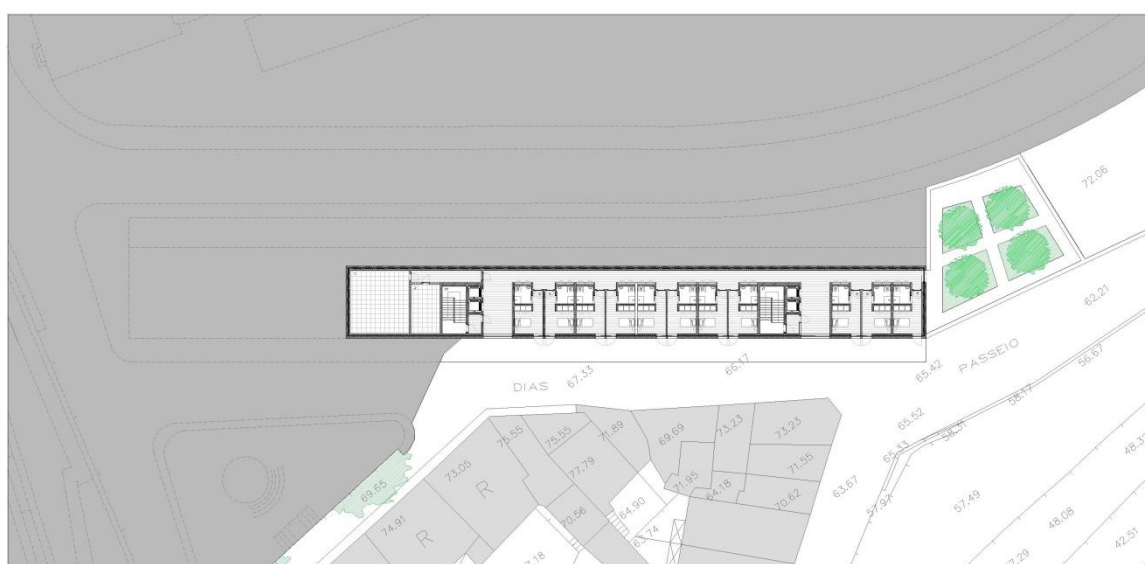


Fig. 48 - Planta do Piso -1



Fig. 49 - Planta do Piso -2



O piso superior, acessível pelo viaduto, ostenta todas as zonas de função pública. Inclui zonas administrativas, como a receção e gabinetes, e zonas de serviço adjacentes à cozinha, como áreas de confeção, distribuição e refeitório. O acesso de serviço à cozinha é feito por uma entrada ligada diretamente ao exterior. As zonas lúdicas aqui presentes são a sala de estar e a sala de atividades, colocadas neste piso de modo a que o relacionamento com a paisagem exterior ofereça uma ligação privilegiada com a envolvente.

Os pisos inferiores são constituídos principalmente pela zona dos quartos para os residentes e funcionários. Por essa razão, os pisos foram desenhados à volta de um carácter mais privativo, conferindo um ambiente de relaxamento e privacidade aos residentes do lar. Parte do piso inferior contém ainda a lavandaria e a sala de máquinas que, por serem colocadas neste piso, têm um acesso de serviço próprio diretamente para o Largo. Permite-se assim que a entrada principal não funcione como área de cargas e descargas, mantendo-a mais acolhedora e limpa. A zona de lazer exterior, um jardim de uso privado dos residentes, é acedida a partir deste piso.

A fachada do edifício é toda em betão branco e apresenta duas vertentes distintas. A primeira vertente, patente no piso de função pública, apresenta grandes aberturas de vãos entre o espaço interior e exterior, proporcionando ao edifício um aspeto mais “leve” e de “transparência” com a envolvente. Permite assim a quem está dentro do edifício estabelecer uma conexão com área circundante, criando uma relação de abertura com a cidade e conferindo maior dinâmica ao espaço. A segunda vertente, presente nos dois pisos inferiores, tem aberturas mais pequenas de modo a proporcionar uma maior privacidade ao espaço interior dos quartos. De modo a estabelecer alguma dinâmica na fachada, a métrica regular de aberturas pequenas é quebrada nas secções coincidentes com os módulos de acesso vertical, que utilizam aberturas maiores.

O sistema construtivo é de parede dupla, com a parede interior de tijolo e a exterior (estrutural) de betão. As fachadas funcionam, assim, como uma “caixa” que sustem todo o edifício, com a sua estabilidade conferida no interior por paredes de betão, que funcionam como os elementos estruturais complementares às fachadas. Essas paredes são colocadas de 7 em 7 metros, perpendicularmente às paredes de comprimento do módulo, criando assim estabilidade no comprimento total do edificado. As restantes paredes do interior funcionam apenas para divisão de espaço, sendo todas de tijolo.

Fig. 50 - Alçado Norte da Proposta, com a amarelo o existente alterado.

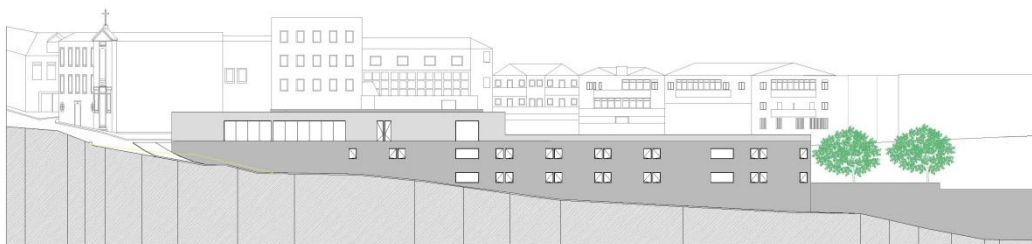


Fig. 51 - Alçado Sul da Proposta, com a amarelo o existente alterado.

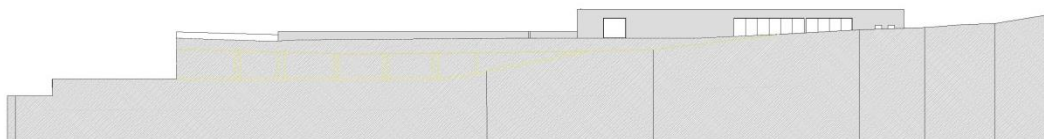


Fig. 52 - Corte A A' da Proposta.



Fig. 53 - Corte BB' da Proposta.

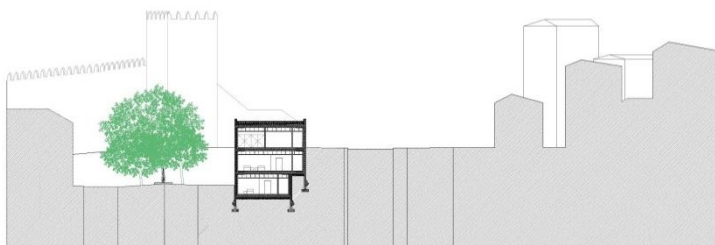
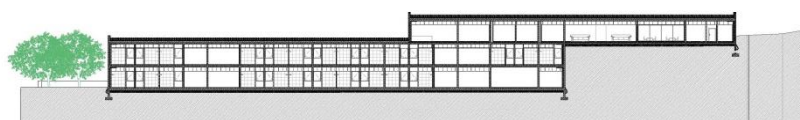


Fig. 54 - Corte CC' da Proposta



CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

5.1. Considerações Finais

Esta dissertação partiu da interrogação da relação do edificado na reabilitação do espaço público, ligada ao Projeto Crítico, desenvolvendo a problemática em como, tendo por base o centro histórico da cidade do Porto, de que forma o edificado possibilita a requalificação da cidade.

Foi possível concluir a partir deste estudo que a cidade do Porto sofreu inúmeras mudanças do seu caráter urbano e morfológico, passando de castros no Morro da Penaventosa a uma cidade de enorme cariz histórico e cultural, de malha urbana diversa. O seu centro urbano é um espaço que segue uma abordagem funcionalista, já que foi desenvolvido pensando nas necessidades imediatas da população ao longo dos séculos, com pouco cuidado no tratamento da forma urbana. Com o crescimento rápido da cidade, esta filosofia acaba por gerar um tecido urbano orgânico, sem grande critério de idealização urbana, criando um desafio de intervenção quando surge a necessidade da sua adaptação aos avanços tecnológicos e novas necessidades da população, devido à rígida relação entre o edificado e os vazios tão característicos da Baixa. Devido a esta dificuldade, mesmo intervenções bem conseguidas podem deixar áreas completamente descaracterizadas e a necessitar reparação.

A Área de Intervenção do projeto crítico é um exemplo de uma área descaracterizada devido a intervenções conseguidas, embora com danos colaterais, com o intuito de adaptar a cidade do Porto aos avanços tecnológicos, novas necessidades dos seus habitantes, como é exemplo o Viaduto, e danificada também pelo desabamento do Passeio das Fontainhas. Mostra-se assim como um exemplo claro de uma área a necessitar de uma intervenção de reabilitação.

Dos três casos de estudo abordados sobre intervenções de requalificação no centro histórico, de modo a fundamentar uma proposta na Área de Intervenção por parte do autor desta dissertação. Tanto na requalificação da Avenida D. Afonso Henriques pelo arquiteto Siza Vieira, como na edificação do Passeios dos Clérigos por parte dos arquitetos Balonas e Menano, é possível averiguar que o edificado surge como resposta para a resolução dos espaços. Isto é, o papel dos cheios na cidade é o fator determinante do equilíbrio no tratamento dos vazios, quer resultante de uma ação de modernização quer por tratamento de uma praça antiga, o edifício funciona como elemento modelador

e conector do espaço. No caso do Planeamento urbano do arquiteto Adalberto Dias, a abordagem à cidade é feita de outra forma, requalificando toda a malha urbana da área da Batalha. Ainda assim, salienta-se a frente urbana habitacional idealizada na área coincidente com a do projeto crítico deste trabalho, onde a necessidade de tratamento do terreno expectante do viaduto e a inserção de uma frente para com o Largo promove e fortalece a ideia de que é necessário, a partir da edificação, requalificar e tratar o espaço, conferindo as suas características perdidas na ação de criação do viaduto.

Face às conclusões do estudo destes três exemplos, verifica-se que há um conceito comum de aplicação para áreas com problemáticas semelhantes às da Área de Intervenção – locais com formas urbanas rígidas e de grande permanência. Os casos de estudo demonstram que, em qualquer intervenção feita num local com estas problemáticas, a necessidade da sua integração nesse espaço e da sua adaptação às características do mesmo são os elementos fulcrais do planeamento. De facto, independentemente da modificação do espaço urbano, seja por necessidade de adaptação da cidade a uma nova problemática ou pela evolução dinâmica do espaço ao longo do tempo, irá sempre evidenciar-se a necessidade do equilíbrio da forma urbana da cidade, que se reflete no caso da reabilitação do espaço público, num equilibrar dos espaços a partir de uma proposta pensada para o edificado. Por fim, a identificação desta filosofia de reabilitação auxiliou a compreender a importância de interação no local, respeitando o viaduto, de modo a reintegrar a zona no tecido urbano. O edificado refaz, visualmente, a frente perdida para o local, restabelecendo ao Largo o seu carácter de origem. Já a relação para com o quarteirão, a criação de um jardim de apelo à cidade, proporciona uma nova área de lazer de permanência no espaço. Esta opção preserva o carácter único do centro histórico da cidade e, subsequentemente, dá a resposta à problemática inicial, de que o edificado é essencial para a requalificação do espaço da cidade. Posto isto, pode-se averiguar que o correto Planeamento Urbano respeita a forma original da cidade sem descuidar as necessidades humanas e formais, atuais e futuras.

ÍNDICE DE ANEXOS

Índice de Anexos:

Anexos 1 – Painel de Projeto - Planta de Implantação e perfis do edifício.

Escala 1:500.....A1

Anexo 2 – Painel de Projeto - Plantas a diferentes cotas altimétricas do edifício.

Escala 1:500.....A0

Anexo 3 – Painel de Projeto - Alçados e Cortes do edifício.

Escala 1:500.....A0

Referências Bibliográficas:

Livros:

Conzen, M. R.G. (2004). Thinking about the urban form: papers on urban morphology. Oxford. Peter Lang.

Fernandes, F. B. (1999). Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade. (2º edição). Porto. FAUP Publicações.

Ferrão, B. J. (1989) Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas : 1758-1813 : uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina. (2º edição). Porto, FAUP Publicações.

Lamas, J. M. R. G. (2010) Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. (5º edição). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Lynch, K. (1999) A Imagem da Cidade. (traduzido por M. C. Afonso), Lisboa, Edições 70 , Vol. Arte & comunicação.

Mendes, M. (2000) Porto 2001 : regresso à Baixa. Porto, FAUP Publicações.

Oliveira, V. M. (2011) Avaliação em Planeamento Urbano, (Isabel Pacheco ed., Série Para Saber, 22), (1º edição). Porto. U. Porto editorial.

Oliveira, V. M. (2013) A Evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX, (Isabel Pacheco ed., Série Para Saber, 31), (1º edição). Porto. U. Porto editorial.

Pereira, A. L., Face, G. L., Lopes, B. H., & Sequeira, J. (2010) Plano de Gestão – Centro Histórico do Porto Património Mundial. Porto. Câmara Municipal do Porto – Porto Vivo.

Revista de Morfologia Urbana (2013) 1, 3-4 Rede Portuguesa de Morfologia Urbana.

Dissertações:

Ávila, J. F. N. (2013) O Espaço sobranceiro – o caso dos viadutos: Universidade Lusófona do Porto.

Barbosa, M. S. T. (2015) O ‘cheio’ e o ‘vazio’ na construção da Cidade: Universidade Lusófona do Porto.

Júnior, J. A. P. M. (2016) Entre o Plano e o Declive. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Websites:

Afaconsult. (2013, Abril 4) Prémios nacionais de Reabilitação Urbana Passeio dos Clérigos distinguido como Melhor Intervenção de Uso
http://www.afaconsult.com/uploads/FicheirosImprensa/2855_3.pdf

Architezer. Praça de Lisboa.
<https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>

Carvalho, P. (2017, Março 14). Escadas rolantes vão ligar Estação de S. Bento à Batalha, no Porto, até ao final do ano. Público.
(<https://www.publico.pt/2017/03/14/local/noticia/escada-rolante-liga-estacao-de-s-bento-a-batalha-no-porto-ate-ao-final-do-ano-1765155>)

Concursos de Projeto. (2011, Abril 17) No Rules, Great Spot! Concurso de Ideias para a Praça de Lisboa em Porto – Portugal.
<https://concursosdeprojeto.org/2011/04/17/norulesgreatspot/>

Jornal de Notícias (2016, Outubro 11) Capital Europeia da Cultura 2001 serviu para fazer obra. Jornal de Notícias:
(<https://www.jn.pt/local/videos/interior/capital-europeia-da-cultura-2001-serviu-para-fazer-obra-5435945.html>)

Gisa. Incêndio, depois do desabamento, nos Guindais em a noite de 27 de Janeiro de 1879 (<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/573094/?q=Guindais+inc%C3%A2ndio>)

Gisa. Mercado do Anjo. (1839-1948): (<http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/43466>)

Martins, I. (2017, Julho 07). Cinema Batalha reabre no Verão de 2019. Diário de Notícias: (<https://www.dn.pt/artes/interior/cinema-batalha-reabre-no-verao-de-2019-8618947.html>)

Portal Património Mundial. Ponte Luis I:
(<http://www.portopatrimoniomundial.com/ponte-luis-i.html>)

Vídeos:

Vieira, L. V.(2001) Álvaro Siza, Obras e Projetos - Requalificação da Avenida D. Afonso Henriques (Av. da Ponte). Fantástico produções de Design, LDA
(<https://www.youtube.com/watch?v=7k7P3gheVhM>)

Créditos de Imagens:

Fig. 1 – Cartografia com delimitação da Cerca Primitiva (séc. XI-XII)

Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cerca-primitiva.html>.....21

Fig. 2 – Cartografia ilustrativa da definição da Cerca Velha (no interior) e da Muralha Fernandina, com apontamento das portas da Muralha.

Fonte: https://2.bp.blogspot.com/-ROEHhIoP1sk/WBtuZDfQESI/AAAAAAAAAME/1-90HTf_sRwkBJSdpkX3-yMew7uTWHYwCLcB/s1600/image5.jpg.....23

Fig. 3 – Cartografia do Porto de Perry Vidal, 1865

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/-Vk5eDGedjc0/Ulae8GygqhI/AAAAAAAAAGYE/S-dYbC2nx_M/s1600/Planta+do+Porto+de+Perry+Vidal,+1865.jpg.....26

Fig. 4 – Planeamento do final do séc. XVII até ao início do séc. XIX

Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/08/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos.html>.....27

Fig. 5 – Fotografia da construção da Ponte Luís I, Séc. XIX

Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/304906/fullscreen>28

Fig. 6 – Planta Topográfica Teles Ferreira, 1892

Fonte: <http://portoarc.blogspot.pt/2012/06/bairros-da-cidade-i.html>.....30

Fig. 7 – Cartografia do Porto, fases de desenvolvimento.

Fonte: Fernandes, F. B. (1999). Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade. (2ª edição). Porto. FAUP Publicações. Pág. 84.....31

Fig. 8 – Excerto da Planta Topográfica do Porto, A vermelho designada a Área de Intervenção

Fonte: Elaborada pelo Autor.....33

Fig. 9 – Vista aérea da zona da Batalha na cidade do Porto com divisão dos quarteirões presentes na Área de Intervenção. A vermelho o quarteirão A, a azul o quarteirão B, a Amarelo o quarteirão C e a rosa o quarteirão D.

Fonte: Elaborada pelo Autor.....34

Fig. 10 – Vista de rua da Avenida D. Afonso Henriques, 2015

Fonte: Fotografia do Autor.....41

Fig. 11 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001. A negro a envolvente original da Sé até S. Bento.

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....42

Fig. 12 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com designação da integração dos volumes de habitação.

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....44

Fig. 13 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....45

Fig. 14 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Verde os Volumes e a Amarelo as Praças

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....46

Fig. 15 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Verde os Volumes e Amarelo as ligações entre volumes.

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....47

Fig. 16 – Fotografia da Maquete de estudo da Proposta por parte do Arquiteto, 2001, com o Planeamento Urbano, a Castanho os Volumes e a cinza os acessos.

Fonte: <https://youtu.be/7k7P3gheVhM>.....47

Fig. 17 – Cartografia do Plano de Intervenções para a Baixa, no Concurso Porto 2001. Secção da Batalha definida a rosa.

Fonte: Mendes, M. (2000) Porto 2001 : regresso à Baixa. Porto, FAUP Publicações. Pág. 191.....50

Fig. 18 – Cartografia das Volumetrias do Plano de Intervenções para a Batalha.

Fonte: Mendes, M. (2000) Porto 2001 : regresso à Baixa. Porto, FAUP Publicações. Pág. 199.....52

Fig. 19 – Planta da frente ribeirinha do Plano de Intervenções para a Batalha

Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/645326/fullscreen>.....53

Fig. 20 – Cartografia do Plano de Intervenções para a Baixa, com a Amarelo os percursos Planeados e a Verde os espaços verdes,

Fonte: Mendes, M. (2000) Porto 2001 : regresso à Baixa. Porto, FAUP Publicações. Pág. 199.....55

Fig. 21 – Planta topográfica da envolvente da Praça do Anjo, 1892

Fonte:<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519577/>
<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/519579/>?.....57

Fig. 22 – Planta da envolvente da Praça do Anjo, 1892

Fonte:http://lh4.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TDC4yLTDGdI/AAAAAAAAAFns/02_GJY_VAKo/rt163_thumb%5B3%5D.jpg?imgmax=800.....58

Fig. 23 – Planta do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva

Fonte:<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23205/?q=mercado+do+anjo>
.....59

Fig. 24 – Planta do rés-do-chão do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva

Fonte:<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23205/?q=mercado+do+anjo>
.....59

Fig. 25 – Alçados e secção do Mercado do Anjo, 1905, do Arq. José Silva

Fonte:<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/23205/?q=mercado+do+anjo>
.....60

Fig. 26 – Cartografia de Implantação do Passeio dos Clérigos

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....61

Fig. 27 – Planta de Cobertura

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....62

Fig. 28 – Planta do piso 0

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....62

Fig. 29 – Planta do piso -1

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....62

Fig. 30 – Fotografia do Passeio interior

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....62

Fig. 31 – Alçado de frente com a rua Dr. Fernando Silva

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....63

Fig. 32 – Alçado de frente com a rua São Filipe de Nery

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....63

Fig. 33 – Alçado de frente com a rua das Carmelitas

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....63

Fig. 34 – A - Corte do edifício

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....64

Fig. 35 – B - Corte do edifício

Fonte: <http://archquisition.blogspot.pt/2014/02/praca-de-lisboapasseio-dos-clerigos.html>.....64

Fig. 36 – Perspetiva da esquina do edifício

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor.....65

Fig. 37 – Perspetiva da rua das Carmelitas

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor.....66

Fig. 38 – Perspetiva da rua São Filipe de Nery

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor.....66

Fig. 39 – Vista do passeio interior

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor.....67

Fig. 40 – Interseção da Cobertura

Fonte: Fotografia tirada pelo Autor.....67

Fig. 41 – Planta Topográfica Teles Ferreira, 1892, zona das Fontainhas delimitada a vermelho

Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/645326/fullscreen>.....73

Fig. 42 – Cartografia da zona das Fontainhas com a delimitação da Área de Intervenção a vermelho

Fonte: Elaborada pelo Autor.....74

Fig. 43 – Quadro da programação do edificado e das áreas dos espaços.

Fonte: Exercício da Universidade Lusófona do Porto.....75

Fig. 44 – Planta Topográfica da Área de Intervenção e envolvente

Fonte: Elaborado pelo Autor.....76

Fig. 45 – Planta Topográfica de Amarelos e Vermelhos

Fonte: Elaborado pelo Autor.....76

Fig. 46 – Planta Topográfica Proposta com Implantação

Fonte: Elaborado pelo Autor.....77

Fig. 47 – Planta do Piso 0

Fonte: Elaborado pelo Autor.....77

Fig. 48 – Planta do Piso -1

Fonte: Elaborado pelo Autor.....78

Fig. 49 – Planta do Piso -2

Fonte: Elaborado pelo Autor.....78

Fig. 50 – Alçado Norte da Proposta, com a amarelo o existente alterado.

Fonte: Elaborado pelo Autor.....80

Fig. 51 – Alçado Sul da Proposta, com a amarelo o existente alterado.

Fonte: Elaborado pelo Autor.....80

Fig. 52 – Corte AA’ da Proposta

Fonte: Elaborado pelo Autor.....80

Fig. 53 – Corte BB’ da Proposta

Fonte: Elaborado pelo Autor.....80

Fig. 54 – Corte CC’ da Proposta

Fonte: Elaborado pelo Autor.....80